AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 05 | MAIO 2015 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

DESTAQUE BRASILEIRO

35 Anos AGROANALYSIS

CONFINAMENTO ELEVADO RISCO

ECONOMIA INFLAÇÃO DE 8% EM 2015

SETOR SUCROALCOOLEIRO MELHOR EM 2015

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos, Heitor Chagas de Oliveira, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O OSCAR DO COOPERATIVISMO VAI PARA...

A CAPA da ***Agroanalysis*** deste mês tem algo de atípico. Mas, a explicação é direta: Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio (GV Agro), da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), foi agraciado com o Distinguished Service Award, o "Oscar" do cooperativismo mundial. Roberto é uma figura atípica, assim como a nossa capa. Algumas pessoas se tornam importantes, porque galgam altos cargos públicos. Outras, como o Roberto, representam o caso inverso: são exponenciais (nacional e internacionalmente) e, por isso mesmo, atingem as posições mais elevadas. Neste momento de dificuldades por que passa o Brasil, é bom estar entre os líderes do "Baile de Gala". A seção Agrodrops traz informações mais detalhadas sobre esta honraria.

Embora haja diversas incertezas sobre a economia brasileira, com relação à inflação existe um claro consenso: pela primeira vez desde 2003, o aumento dos preços ficará acima da margem de tolerância do regime de metas de inflação, de 6,5%. De acordo com a mediana das projeções do mercado monitoradas pela Pesquisa Focus do Banco Central, a inflação acumulada ao longo de 2015 deverá girar ao redor de 8,0%. Além disso, o mercado acredita que nem em 2016 a inflação voltará ao centro da meta (4,5%), conforme prometido.

A tarefa de retomar o crescimento da economia brasileira é extremamente desafiadora. Apenas corrigir os desequilíbrios macroeconômicos via ajuste fiscal não irá resolver os graves problemas estruturais da economia brasileira. A limitação do fator trabalho e o baixo crescimento da Produtividade Total dos Fatores (PTF) requerem uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia. Esta agenda passa por ações que abrangem a qualificação do capital humano, o aumento do investimento e a melhoria do ambiente de negócios. O primeiro conjunto de ações envolve uma política de formação educacional e profissional do trabalhador brasileiro – seus resultados tendem a aparecer somente no longo prazo. O segundo está ligado ao aumento da poupança doméstica e à atração de investimento estrangeiro direto – nesse aspecto, o aumento da confiança dos investidores dá-se com a bem-sucedida implementação do ajuste. Já o terceiro relaciona-se à melhora do ambiente de negócios, abrangendo questões tributárias e burocráticas, além da abertura da economia para aumentar a sua competição e a escala.

No agronegócio, a expectativa é de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, mas a acomodação dos preços internacionais das *commodities* e o menor crescimento da renda agrícola devem impactar o resultado das vendas de insumos para produção. Outro fator importante é a desvalorização do real em relação à moeda americana. Como a maioria dos defensivos e dos fertilizantes é importada, o dólar mais caro aumenta o custo da produção em real. Com o custo mais alto e a perspectiva de receita baixa, o produtor deverá investir menos na lavoura. Especificamente no caso dos defensivos, um terceiro fator deve, ainda, impactar negativamente as vendas: o tempo mais seco. Nessas condições, há uma redução na incidência de fungos e, consequentemente, uma menor procura por agroquímicos.

O Decreto nº 24.114, de 1934, base da política fitossanitária nacional, necessita de uma urgente revisão, por estar desconectado da realidade

da agricultura nacional. Para que se estabeleça uma gestão pública eficiente, é preciso promover a integração dos diversos atores interessados, principalmente o produtor rural, e definir indicadores para a avaliação do desempenho do setor. Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) cabe uma posição de coordenador das ações que compõem a grande política fitossanitária no Brasil. Estima-se que apenas os insetos considerados pragas causem perdas anuais de US$ 12 bilhões para a economia brasileira.

Em tempo de definição do confinamento bovino, para que o investimento nesta atividade se torne atrativo, será necessário uma valorização nos preços da arroba no segundo semestre. Uma valorização de 5% em relação aos R$ 150,22 por arroba de hoje significa uma rentabilidade de 10% para o pecuarista que não faz o ciclo completo, ou seja, aquele que precisa comprar o boi magro no mercado. Um retorno de 20,0% seria atingido neste ano com a arroba vendida por R$ 172,00 em São Paulo, ou seja, uma valorização de 14,5% em relação aos preços atuais – a rentabilidade média do confinamento em 2014 foi de 18,5%. No entanto, para que esse cenário de valorização da arroba se concretize, a demanda por carne bovina precisará aumentar, o que será difícil de ocorrer no contexto econômico atual.

Para a indústria de carne, a situação está ainda mais complicada. Neste momento, o mercado futuro indica R$ 156,00 para o preço da arroba em outubro de 2015. Neste nível, a margem do frigorífico que não desossa seria de 3,6%, resultado muito abaixo da média dos últimos cinco anos, de 15,0%.

Por fim, a crise hídrica continua a ser uma fonte de debate e preocupação para o agronegócio. *Workshop* realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) analisou o tema sob diversos prismas. O Brasil precisa tomar consciência de que a água é um recurso finito. A questão da burocracia foi colocada no centro das críticas, como ponto de atenção para as políticas públicas. Entre as soluções urgentes para minimizar os efeitos da reduzida oferta de água, aparece a revegetação das Áreas de Preservação Permanente (APPs). ■



04 CAPA EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
OSMAR DIAS
RECURSOS PARA A PRÓXIMA SAFRA ESTÃO GARANTIDOS

11 FRASES E COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
O QUE VEM DEPOIS DO AJUSTE FISCAL?

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA A INFLAÇÃO BRASILEIRA
ALTA E RESISTENTE

22 CAPA CRISE SUCROALCOOLEIRA
OS EFEITOS DA REDUÇÃO DA MISTURA DE ETANOL NA GASOLINA

24 CAPA CONFINAMENTO
ELEVADO RISCO DE INVESTIMENTO

27 INSUMOS AGRÍCOLAS
O MERCADO PARA OS DEFENSIVOS E OS FERTILIZANTES

30 POLÍTICA AGRÍCOLA

30 DEFESA AGROPECUÁRIA
PERDAS E DANOS PARA O AGRONEGÓCIO

32 CRÉDITO
INCENTIVOS AO FINANCIAMENTO PRIVADO

35 GESTÃO

35 ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO
O CASO DA COOPERATIVA CHS

38 SUSTENTABILIDADE

38 CRISE HÍDRICA
COMO RECUPERAR A COBERTURA VEGETAL

41 CONTEÚDO ESPECIAL

41 CADERNO ESPECIAL
WORKSHOP ABAG

45 ESPECIAL ANDEF
SOBRE A COMIDA E A IDEOLOGIA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
BONS ALIMENTOS PROCESSADOS

47 PRODUZIR
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AGRONEGÓCIO

48 OPINIÃO
O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO DOS SOLOS

49 REFLEXÃO
O ACORDAR DE 2015

50 SERVIÇO AO AGRONEGÓCIO

RECURSOS PARA A PRÓXIMA SAFRA ESTÃO GARANTIDOS

OSMAR DIAS

VICE-PRESIDENTE DE AGRONEGÓCIOS E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO BANCO DO BRASIL (BB)

POR PAULO ROQUE

Mesmo que ainda não estejam definidas as condições do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2015/16, Osmar Dias afirma que o Governo atenderá as necessidades dos produtores e que não haverá falta de recursos para financiar a próxima safra. Engenheiro agrônomo, Dias foi senador da República durante dezesseis anos, secretário de Agricultura e Abastecimento do estado do Paraná, gerente técnico da Fazenda Experimental da Cocamar, professor e diretor da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel" e presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Estado do Paraná.

AGROANALYSIS: O AJUSTE FISCAL SIGNIFICA CORTE NOS RECURSOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. COMO FICA O CRÉDITO RURAL?

OSMAR DIAS: As condições do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2015/16, que entrará em vigor em julho, ainda estão sendo definidas pelo governo federal. Ainda não sabemos os valores alocados, mas tenho certeza de que o governo federal, dentro das possibilidades do atual cenário econômico, irá atender as necessidades do setor produtivo agropecuário. É isso que tem sido a prática dos últimos anos. Essa sensibilidade da política pública contribuiu para estimular o grande crescimento verificado no agronegócio. Certamente, não haverá falta de recursos para financiar a produção na safra 2015/16. Para reforçar esse sentimento, lembramos o papel primordial do crédito rural no processo de transferência das tecnologias pesquisadas e desenvolvidas nos laboratórios e empresas para serem transferidas ao campo.



ESSE CENÁRIO ECONÔMICO DE FRACO CRESCIMENTO PODE CONTAMINAR NEGATIVAMENTE O PRODUTOR?

OD: Como não é um setor desconectado do resto da economia, a agricultura sente o impacto desse ritmo mais lento. Entretanto, em um cenário de baixo crescimento econômico e redução de investimentos, o agronegócio é um dos poucos setores com resultados positivos e tendência de expansão. Já tivemos, no Brasil, em outros momentos da história, dificuldades econômicas, e, ainda assim, o setor continuou trabalhando, investindo e colhendo bons resultados. É da natureza do nosso produtor rural superar desafios. Por isso, temos a certeza de que não será diferente neste momento.

HAVERÁ AUMENTO NA TAXA DE JUROS PARA O PLANO SAFRA 2015/16?

OD: Esse é um assunto importante conduzido pelos Ministérios da Fazenda (MF), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Banco fica no aguardo da definição. Como as taxas de juros do crédito rural são negativas em termos reais (abaixo da inflação), a pressão sobre o Tesouro Nacional é grande. Mas, como tem demonstrado a devida sensibilidade com o setor, o governo federal define as taxas de forma bem "calibrada", para atender as necessidades do campo e preservar o equilíbrio do Tesouro Nacional.

> "...O AGRONEGÓCIO É UM DOS POUCOS SETORES COM RESULTADOS POSITIVOS E TENDÊNCIA DE EXPANSÃO."

COMO CAMINHA O PROGRAMA PARA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉNS (PCA)?

OD: O PCA pretende disponibilizar aos produtores rurais e suas cooperativas R$ 25 bilhões ao longo de cinco anos. Desde o lançamento, em julho de 2013, até meados de março de 2015, o BB contratou, com recursos do PCA, aproximadamente R$ 2,5 bilhões em financiamentos. É importante lembrar que existem outras linhas disponíveis para financiar a armazenagem –Pronaf, Pronamp, FCO Rural, BNDES Finame –, por meio das quais o BB contratou, no mesmo período, mais R$ 1 bilhão. Mesmo com esses números expressivos, verifica-se uma crescente demanda pelo Programa em todo o País, de modo a equilibrar a disponibilidade da produção e reduzir o desperdício ocasionado por condições precárias ou até inexistentes de armazenamento, já constatadas e vivenciadas em outras safras.

A distribuição dos recursos reflete o perfil regional da produção agropecuária e o nível de organização dos produtores rurais. A demanda por parte da região Centro-Oeste reflete a produção crescente de grãos e a necessidade premente de melhorias em infraestrutura e logística na fase da sua comercialização. O aumento da capacidade de retenção da safra no local de produção permite ao produtor negociá-la em épocas mais apropriadas com relação a preços e rentabilidade. Já a região Sul, com uma atuação já consolidada na produção agropecuária, tem o diferencial de ser fortemente organizada, apresentando a maior concentração de cooperativas no País. Essa condição facilita a transferência de tecnologia e a modernização das estruturas de apoio ao agronegócio.

HÁ RECLAMAÇÕES COM O ATRASO NA LIBERAÇÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS NOS INVESTIMENTOS ENQUADRÁVEIS NO PCA?

OD: Quando o Programa começou, houve uma forte movimentação dos órgãos ambientais estaduais no sentido de estabelecer critérios para a exigência do licenciamento ambiental. Conforme o tamanho do empreendimento, a existência ou não de etapas de beneficiamento do produto no processo de armazenagem e a intensidade do impacto ambiental associado, cada estado definiu os critérios para a exigência do licenciamento ambiental. Em alguns casos, foram criados instrumentos de licenciamento simplificados condizentes com o menor nível de complexidade do projeto. Definidas as regras para o licenciamento ambiental, na maioria dos estados, o produtor tem obtido as autorizações necessárias à implantação dos armazéns em tempo hábil, não se apresentando essa questão como gargalo na contratação de operações.

CONTINUA FIRME A APOSTA NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA (ILPF)? PODERÍAMOS TER IDO MAIS LONGE?

OD: A adoção do modelo de produção integrada (iLPF) está em estágio inicial no Brasil, mas tende a crescer cada vez mais ao longo dos próximos anos. Outro aspecto que favorece o avanço do sistema é o fato de a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ter priorizado as pesquisas nesta área. Os resultados começam a ser publicados e confirmam os benefícios esperados para esse modelo de produção, como a eficiência na mitigação da emissão de gases do efeito estufa, o aumento na quantidade de nutrientes no solo, os efeitos positivos do conforto térmico na pecuária, a redução do risco para o produtor com a diversificação, entre outros. Os milhões de hectares de pastagens degradadas no País e a possibilidade de adotar a iLPF na recuperação destas áreas também indicam um cenário positivo para a adoção da prática.

> “É DA NATUREZA DO NOSSO PRODUTOR RURAL SUPERAR DESAFIOS. POR ISSO, TEMOS A CERTEZA DE QUE NÃO SERÁ DIFERENTE NESTE MOMENTO.”

A expectativa em relação ao sistema traz à tona a necessidade de reformulação dos cursos de Ciências Agrárias, com a inclusão de disciplinas específicas que tratem de sistemas integrados e diferenciados de produção.

O crédito rural contribui diretamente para a indução desse processo. São diversas as linhas de financiamento disponíveis para apoiar o produtor, com destaque para o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). Sobre este, é importante destacar o papel do BB: atuando desde julho de 2011, o Banco tem um *market share* superior a 90% e, em 31 de dezembro de 2014, atingiu um saldo de carteira de R$ 8 bilhões, com quase 20 mil contratos de financiamento. E os desembolsos continuam crescendo significativamente.

ONDE A ILPF MAIS AVANÇA NO BRASIL?

OD: Segundo a Embrapa, o sistema tem sido adotado em todo o Brasil, com maior representatividade nas regiões Centro-Oeste e Sul. Hoje, aproximadamente 1,6 a 2,0 milhões de hectares utilizam os diferentes formatos da estratégia iLPF, e a estimativa é de que, para os próximos vinte anos, ela possa ser adotada em mais de 20 milhões de hectares.

> “...O GOVERNO FEDERAL DEFINE AS TAXAS DE FORMA BEM ‘CALIBRADA’, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CAMPO E PRESERVAR O EQUILÍBRIO DO TESOURO NACIONAL.”



QUAL É A MENSAGEM DO BB AO SETOR PRODUTIVO PARA ESTE ANO INTERNACIONAL DE CONSERVAÇÃO DOS SOLOS?

OD: Em um país com características continentais como o Brasil – potência agrícola, mineral e ambiental –, o uso sustentável do solo tem especial relevância. O País sobressai-se globalmente na produção agropecuária; tem a maior reserva de água doce do Planeta; a maior parte de sua matriz energética é baseada em fontes limpas; e, ainda, dispõe de enorme riqueza em biodiversidade nos seus biomas. Estes atributos estão todos conectados e são dependentes do recurso solo; apesar de fundamental, o solo é tomado, muitas das vezes, como um recurso dado, e, por essa razão, não são adotadas as práticas necessárias à sua devida conservação.

A adoção de tecnologias adequadas e adaptadas às diferentes condições e realidades locais é indispensável para que se previna a sua degradação. É fundamental para a sustentabilidade da agropecuária a adoção de práticas agronômicas promotoras da conservação da água e do solo e do aumento de produtividade, aliadas à regularização ambiental, especialmente no tocante à proteção e à recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

O QUE FALTA PARA AS BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS (BPS) SEREM MAIS INSERIDAS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA?

OD: Divulgação. Há muitos produtores rurais que não conhecem ou não sabem como aplicar as tecnologias de BPS. Deve haver capacitação tanto de produtores, quanto da assistência técnica; os projetos agropecuários já deveriam abordar as boas práticas na sua concepção. É preciso que haja estímulo, como programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs) que remunerem o produtor que adota práticas de conservação de água e solo. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"O objetivo que eu tinha há quarenta anos está cumprido. Para o produtor caminhar com as próprias pernas só tem um jeito: deve haver bancos cooperativos. Defendi a tese há quarenta anos, e, agora, ela amadureceu no Brasil. Fico muito honrado com a lembrança, mas, sobretudo, com o fato de que deu certo tudo aquilo que eu estava querendo durante esses anos."

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro), ao expressar seu agradecimento por estar entre os vencedores do Prêmio Distinguished Service Award, concedido pelo Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU, na sigla em inglês)

"Quem se dispuser a resolver uma causa por arbitragem já sabe que a regra do jogo é diferente. Não há como explorar as veias do Judiciário para anular sentença. Os advogados vão ter que se preparar melhor... Não há mais tempo para voltar para o gabinete e escrever aquelas longas petições que ninguém quer ler. A arbitragem não comporta isso. Quem tem razão não precisa escrever tanto, enrolar tanto."

CARLOS ALBERTO CARMONA, professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP), especializado em mediação e arbitragem, no lançamento da Câmara de Mediação e Arbitragem da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



DIVULGAÇÃO SNA

"O agronegócio é a tábua de salvação da economia do País e ainda será a grande mola propulsora deste desempenho em 2015. Responsável por 23% do PIB nacional, o agro deve ser o único segmento com elevação mais expressiva neste ano..."

HELIO SIRIMARCO, diretor da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

"O agronegócio é um dos setores que continuarão puxando o crescimento da economia brasileira [...] Este é um setor que vai ajudar a economia a se reorganizar de forma mais rápida [...] Nós vamos anunciar as condições de custeio da safra 2015/16 muito rapidamente. Devemos dar um aumento de crédito para a classe média da ordem entre 20% e 25%, no mínimo, aumento muito significativo. Queremos ver uma classe média rural forte."

JOAQUIM LEVY, ministro da Fazenda, na abertura da Tecnoshow Comigo 2015, em Rio Verde-GO

"Estamos fazendo mudanças revolucionárias e decisivas no nosso Ministério. Nós teremos um ministério sem papel, desburocratizado e sem privilégios... O Ministério da Agricultura iniciou o ano de 2015 com 4.936 processos acumulados. No dia 30 de abril, quatro meses depois da posse, estes 4.936 processos estarão zerados, todos analisados e todos enviados adiante."

KÁTIA ABREU, ministra da Agricultura, ao discursar na abertura da Tecnoshow Comigo 2015, em Rio Verde-GO

"A adesão ao Plano ABC [Agricultura de Baixo Carbono] vem aumentando, assim como os sistemas de recuperação de pastagens e a integração lavoura-pecuária-floresta, mesmo que de maneira distinta no País. Por outro lado, temos que melhorar no plantio direto e na rotação de culturas, por exemplo. Se a soja está com um preço bom, é difícil mudar o pensamento do produtor para plantar algo menos rentável, mas que seja melhor para o solo."

MAURÍCIO CARVALHO DE OLIVEIRA, fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em matéria publicada no Diário Comércio, Indústria & Serviços (DCI)

MACROECONOMIA

O QUE VEM DEPOIS DO AJUSTE FISCAL?

CLEMENS NUNES
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A DISCUSSÃO sobre os cenários macroeconômicos tem sido monopolizada pelo tema do ajuste fiscal. O processo de ajuste fiscal objetiva recuperar a sustentabilidade da dívida pública e contribuir para a convergência da inflação para o centro da meta e para o equilíbrio das contas externas. Enquanto isso, o tema do crescimento econômico sustentado ocupa um papel secundário na discussão econômica corrente. Essa situação revela um aspecto preocupante. Embora o ajuste fiscal seja imperioso para restabelecer o equilíbrio macroeconômico no curto prazo, apenas o crescimento econômico sustentado é capaz de gerar renda e empregos para resolver nossos graves problemas sociais.

Nesse aspecto, a realização do ajuste revela-se uma condição necessária, porém não suficiente, para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o crescimento de longo prazo da economia é governado por uma dinâmica distinta daquela do de curto prazo. Análises empíricas mostram que o crescimento sustentado de uma economia apoia-se na disponibilidade dos fatores de produção (capital e trabalho) e na eficiência do emprego dos mesmos. Para avaliarmos estes aspectos na economia brasileira, iremos analisar o crescimento da economia brasileira e seus determinantes no longo prazo. O quadro na próxima página revela a taxa média de crescimento anual do PIB brasileiro, bem como a decomposição deste crescimento em seus componentes no período de 1982 a 2013.

O primeiro componente é a Produtividade Total dos Fatores (PTF). Esta representa uma medida da eficiência do emprego dos fatores de produção, sendo influenciada, entre outros fatores, pela tecnologia, por aspectos institucionais e pelo ambiente de negócios. O segundo componente é a disponibilidade do fator trabalho medida em horas trabalhadas. Finalmente, o terceiro componente representa a contribuição do capital físico, na forma de máquinas, equipamentos e infraestrutura empregados na produção. O quadro ao lado mostra que, no período de 1982 a 2002, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 2,4% a.a. Este crescimento acelera para 3,9% a.a. no período de 2003 a 2010, durante os dois mandatos do presidente Lula. Os fatores que mais contribuíram para essa aceleração foram o aumento da PTF e o aumento do capital em uso. O aumento da PTF está ligado a uma série de medidas estruturais adotadas nos governos FHC e Lula. Entre estas, podemos citar o saneamento do sistema financeiro (PROER), a Lei de Responsabilidade Fiscal, as reformas da previdência do setor público e do INSS, a renegociação das dívidas estaduais, a implantação do regime de Metas de Inflação, a flexibilização de monopólios e oligopólios e o programa de privatização e concessões. O aumento do capital em uso foi favorecido, entre outros fatores, pelos termos de troca favoráveis no período, o que reduziu o preço relativo dos bens de capital. Adicionalmente, a forte entrada de investimento estrangeiro direto favoreceu a expansão do estoque de capital físico.

Durante o primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2013), o crescimento do PIB sofre forte desaceleração, de 2%. As principais causas da desaceleração foram as quedas da PTF (-1,6%) e da disponibilidade do fator trabalho (-0,7%). A queda da PTF refletiu a ausência de medidas estruturais que aumentassem a eficiência da economia no período. Pelo contrário, as ações de política apontaram na direção oposta, como a adoção da política de conteúdo nacional, o aumento do protecionis-

DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DO PIB BRASILEIRO

PERÍODO	Produto interno Bruto (% a.a.)	Produtividade Total dos Fatores – PTF (% a.a.)	Horas (% a.a.)	Capital em uso (% a.a.)
1982-1994	2,5	-0,1	1,0	1,6
1995-2002	2,3	0,2	1,0	1,0
2003-2010	3,9	1,6	1,0	1,4
2011-2013	1,9	0,0	0,3	1,6

Fonte: BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. A.. Desaceleração Veio da Nova Matriz, não do Contrato Social. In: BONELLI R.; VELOSO, F. (orgs.). Ensaios IBRE de Economia Brasileira II. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, v. 1, p. 1-29.

mo, a desorganização do sistema de preços via o controle artificial dos preços administrados, o congelamento do programa de concessões e o ruído gerado pela ação de algumas agências reguladoras. Do lado do fator trabalho, a queda do desemprego reduziu a disponibilidade de mão de obra qualificada, limitando a contribuição do fator trabalho para apenas 0,3%, revelando que a economia estava próxima do pleno emprego.

Esses fatos revelam que a tarefa de retomar o crescimento da economia brasileira é extremamente desafiadora. Apenas corrigir os desequilíbrios macroeconômicos via ajuste fiscal não irá resolver os graves problemas estruturais da economia brasileira. A limitação do fator trabalho e o baixo crescimento da PTF requerem uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia. Esta agenda passa por ações que abrangem a qualificação do capital humano, o aumento do investimento e a melhora do ambiente de negócios.

O primeiro conjunto de ações envolve a política de formação educacional e profissional do trabalhador brasileiro. No entanto, seus resultados tendem a aparecer somente no longo prazo. Uma abertura seletiva do mercado de trabalho para imigração de mão de obra especializada poderia produzir resultados mais rapidamente.

O segundo conjunto de ações está ligado ao aumento da poupança doméstica e à atração de investimento estrangeiro direto. Nesse aspecto, o aumento da confiança dos investidores que se dá com a bem-sucedida implementação do ajuste pode contribuir. No entanto, uma melhora substancial apenas ocorrerá com um amplo programa de concessões, a melhoria do ambiente regulatório e a desregulamentação de setores hoje protegidos.

Finalmente, quanto ao terceiro conjunto de ações, a melhora do ambiente de negócios envolve uma extensa agenda microeconômica, abrangendo desde questões tributárias, burocráticas, até como se conquistar um aumento da abertura da economia que possa garantir acesso a novas tecnologias e aumentar a competição e a escala da nossa produção. Infelizmente, essa agenda de crescimento de longo prazo está incompreensivelmente esquecida, condenando a economia a baixas taxas de crescimento no futuro. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO PODEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

PRÊMIO INTERNACIONAL A ROBERTO RODRIGUES



Trata-se da mais alta honraria concedida pelo Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU, na sigla em inglês) – Distinguished Service Award (DSA) – para as personalidades que envidaram esforços para o fortalecimento do movimento internacional do cooperativismo de crédito. Com mais de trinta anos, a escolha é feita com base em realizações comprovadas e merecimento dos candidatos de acordo com a avaliação da Comissão Julgadora.

Manfred Dasenbrock, secretário-geral da WOCCU, fez parte do grupo que coordenou a premiação. "O reconhecimento de Roberto Rodrigues deve-se ao grande trabalho que faz para o desenvolvimento do cooperativismo não só do Brasil, como também do mundo. É um grande interlocutor das cooperativas em outros países, sempre trabalhando como promotor do desenvolvimento do setor", afirmou Dasenbrock.

PAÍS VACINA MAIS DE 97% DO REBANHO

O Brasil conseguiu imunizar mais de 97,8% do rebanho bovino e bubalino contra febre aftosa em todo o País. É o que mostra o balanço da segunda fase da campanha de vacinação realizada no segundo semestre de 2014. Os resultados foram alcançados em esforço conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos governos estaduais e da iniciativa privada para livrar o Brasil da doença. Os serviços veterinários oficiais de cada estado persistem na busca por vacinar 100% de seus animais. Este esforço é importante para a manutenção e a abertura de novos mercados internacionais que, hoje, impõem barreiras sanitárias aos países onde a doença ocorre. Projeções do MAPA apontam, para o Brasil, uma participação de 45% no mercado mundial de carnes até 2020.

MELHORIA NA QUALIDADE DO LEITE

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) prepara um conjunto de ações para aumentar a qualidade do leite, capacitar trabalhadores e ampliar exportações do produto. O programa está sendo formulado em parceria com representantes de produtores, cooperativas e indústria dos cinco principais estados que garantem o abastecimento do País – Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O Brasil é o quarto maior produtor mundial de leite, com 34 bilhões de litros em 2013.

O principal pilar do programa é a assistência técnica. Na produção de leite, estima-se que as perdas diretas com a brucelose sejam de 25% e, no caso de tuberculose, de 10% a 18%. Os produtores contemplados terão uma linha de crédito especial para custeio e investimento. Está em estudo a criação de uma linha de crédito permanente para retenção de matrizes leiteiras bovinas e bubalinas.

ADIDOS AGRÍCOLAS

A Presidência da República designou os novos adidos agrícolas para sete países. Os escolhidos foram: Márcio Rezende Evaristo Carlos (Bruxelas – Bélgica), Eliana Valéria Covolan Figueiredo (Buenos Aires – Argentina), Luis Henrique Barbosa da Silva (Genebra – Suíça), Antonio Alberto Rocha Oliveira (Moscou – Rússia), Marcelo de Andrade Mota (Tóquio – Japão), Juliano Vieira (Pretória – África do Sul) e Luiz Cláudio de Santana e Caruso (Washington – EUA). Essa foi a terceira seleção organizada pelo MAPA. A primeira ocorreu em 2009, para oito países: Bruxelas, Buenos Aires, Genebra, Moscou, Pequim, Pretória, Tóquio e Washington. A segunda seleção deu-se em 2013, apenas para Pequim (China).

BRASIL AJUDA A DIMINUIR A EMISSÃO DE CARBONO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil representou mais de 50% da redução global de emissões de carbono entre 2001 e 2015, de 3,9 para 2,9 gigatoneladas (Gt) por ano. Neste período, as emissões de carbono devido ao desmatamento caíram 25%. Mas, nos últimos 25 anos, as emissões pela degradação das florestas aumentaram de 0,4 para 1,0 Gt de CO_2 por ano, segundo o que afirma o diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva. Esses registros são importantes tendo em vista a Conferência do Clima de Paris (COP 21), a ser realizada em dezembro, que substituirá o Protocolo de Kyoto a partir de 2020.



SHUTTERSTOCK

CADEIA PRODUTIVA DO CACAU

SHUTTERSTOCK



O Brasil é o terceiro maior consumidor de chocolate no mundo e o quinto maior produtor de cacau. "Com um movimento anual de R$ 12 bilhões e a nova perspectiva de o Brasil voltar a ser exportador, a sua cadeia produtiva será objeto de estudo para analisar a formação do mercado interno", diz João Martins, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O Brasil produz 140 mil toneladas, com consumo de 200 mil toneladas. No mercado internacional, para 2015, o preço da tonelada deverá ficar entre US$ 2.500 e US$ 3.000, contra US$ 1,500 a US$ 2.000, há dez anos, devido à queda na relação estoque-consumo, segundo a Organização Internacional do Cacau (ICCO, na sigla em inglês).

TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

Os títulos do agronegócio têm adquirido importância crescente como fonte alternativa de recursos oriundos do mercado de capitais. O grande destaque é a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), emitida pelas instituições financeiras. Não obstante, também ganham espaço os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), títulos que apenas podem ser emitidos por companhias securitizadoras de direitos creditórios. Há, ainda, os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), emitidos por cooperativas de produtores rurais e outras pessoas jurídicas com atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

IMPULSO LOGÍSTICO NO ARCO NORTE

Os terminais de Itaqui, em São Luís (Maranhão), e Cotegipe, em Salvador (Bahia) – dois portos situados no Nordeste do País –, movimentaram 5,1 milhões de toneladas de soja em 2014. É a grande opção para a saída da safra do MAPITOBA, que colherá 4,85 milhões de toneladas de grãos. Se considerarmos os Portos de Barcarena e Santarém, no Pará, além da estrutura instalada ao redor do rio Amazonas, que se concentra em Manaus-AM, a quantidade exportada pelos principais portos do Arco Norte chega a 10,5 milhões de toneladas de soja.

portodoitaqui.ma.gov.br



PORTO DO ITAQUI

PRODUÇÃO DE BIODIESEL CRESCE EM 2015

Lançado em 2005, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) foi estimulado com a aprovação, em setembro de 2014, da lei que ampliou para 7% a adição de biodiesel no diesel. A indústria atingiu 56% de ociosidade. A expectativa é de que a mistura chegue a 10% nos próximos anos. A produção de 3,42 bilhões de litros de biodiesel, em 2014, trouxe uma economia de US$ 2,24 bilhões na importação do produto. Em 2015, a produção deve crescer, e a alternativa de exportação é bem-vinda. O Governo precisa realizar ajustes tributários e investir em logística de escoamento. Por fim, mostra-se essencial a aprovação de um novo marco regulatório setorial para que se gere previsibilidade de longo prazo, de acordo com o assessor econômico da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Leonardo Botelho Zilio.



SHUTTERSTOCK

CTNBIO APROVA EUCALIPTO TRANSGÊNICO

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a liberação comercial do eucalipto transgênico. A liberação foi solicitada pela FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda., empresa de biotecnologia da Suzano Papel e Celulose. Foram dezoito votos a favor e três contra. A espécie liberada é a *Eucalyptus* spp. *L.*, contendo um gene da planta *Arabidopsis thaliana*. O Brasil é o primeiro país a liberar o eucalipto geneticamente modificado. Testada desde 2004, a planta foi avaliada quanto a aspectos agronômicos, segurança ambiental e possíveis efeitos danosos a espécies de abelhas com e sem ferrão. A Comissão lembrou que foi feita uma audiência pública, em setembro do ano passado, e que houve discussões nas quatro subcomissões setoriais permanentes da CTNBio. Há um prazo de trinta dias para a interposição de recursos no Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS).



SHUTTERSTOCK

CHINA IMPORTA MAIS SOJA NESTE PRIMEIRO SEMESTRE

As importações mensais de soja pela China em maio, junho e julho deverão subir para entre 6,50 milhões e 7,50 milhões de toneladas, em uma alta de pelo menos 45% em relação a março (4,49 milhões de toneladas). A demanda de farelo de soja dependerá da recuperação do rebanho de suínos, o maior segmento consumidor do produto no país. Os criadores sofreram, em 2014, as piores perdas em três anos, com a desaceleração da economia chinesa, segundo o Centro Nacional de Informações sobre Grãos e Óleos da China.

MAIS DOZE USINAS DE ETANOL DESATIVADAS

Mais doze usinas devem desativar suas atividades na safra 2015/16 na região Centro-Sul do País por causa da crise do setor. Até o ano passado, sessenta usinas encerraram as atividades, segundo Antonio Padua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

RECEITA COM EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA SERÁ RECORDE EM 2015

A previsão é de Antonio Jorge Camardelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). A expectativa é de reabertura do mercado chinês ainda neste primeiro semestre, após a visita da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, à China, o que garantiria volumes extras exportados pelo Brasil em 2015. Países como África do Sul e Irã, que não importaram carne no ano passado, já reabriram seus mercados, e a Arábia Saudita deverá fazer o mesmo em breve. Camardelli citou, ainda, a esperança quanto à abertura do mercado norte-americano – que já compra a carne industrializada do País – para a carne *in natura* brasileira.



ABIEC

Antonio Jorge Camardelli, presidente da Abiec

A INFLAÇÃO BRASILEIRA

ALTA E RESISTENTE

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

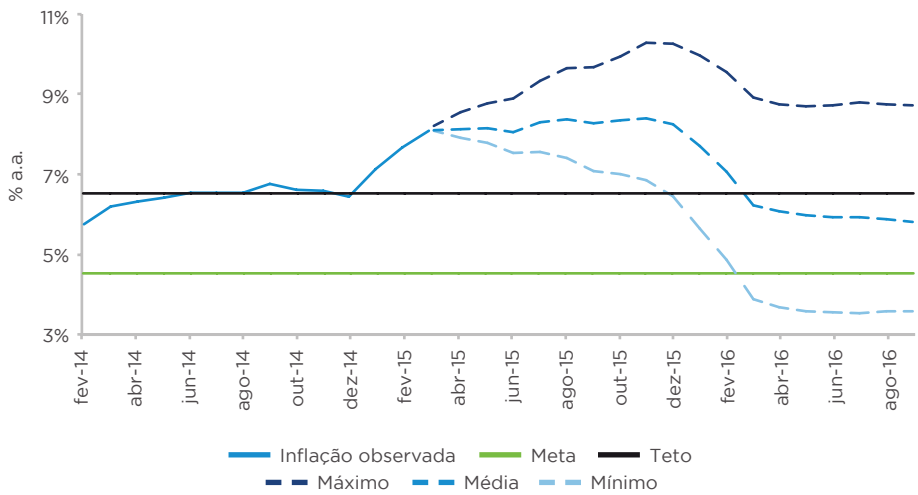
EMBORA HAJA diversas incertezas sobre a economia brasileira, com relação à inflação, existe um claro consenso: pela primeira vez desde 2003, o aumento dos preços ficará acima da margem de tolerância do nosso regime de metas de inflação (6,5%). De acordo com a mediana das projeções do mercado monitoradas pela Pesquisa Focus do Banco Central, a inflação acumulada ao longo de 2015 deverá ser superior a 8,0%. Além disso, pela mesma pesquisa, o mercado acredita que nem em 2016 a inflação voltará ao centro da meta (4,5%), conforme prometido pelo presidente do Banco Central (BACEN).

POR QUE A INFLAÇÃO DE 2015 FICARÁ FORA DA MARGEM DE TOLERÂNCIA?

Há tempos, a inflação brasileira tem operado em patamares elevados, acima do centro da meta. Porém, sua composição não tem sido a mesma ao longo desse período. Por exemplo, entre 2012 e 2015, ao comparar o IPCA cheio com aquele que seria observado em três simulações distintas (inflação sem alimentos, inflação sem serviços e inflação sem preços monitorados), fica claro que:

• A inflação de serviços e a inflação de alimentos estiveram presentes ao longo de todo o período

PROJEÇÕES DA INFLAÇÃO (IPCA) PELA PESQUISA FOCUS
MÉDIA MÓVEL DE DOZE MESES



Fonte: IBGE; BACEN

analisado: a primeira devido ao aquecimento do mercado interno, resultado, principalmente, do aumento dos salários, e a segunda tendo subido, até 2013, devido às cotações das *commodities* no mercado internacional e à seca, desde 2014;

• Nos primeiros meses de 2015, às inflações de alimentos e de serviços combinou-se o reajuste de tarifas públicas e demais preços monitorados (energia elétrica, combustíveis, transporte público etc.), bem como os efeitos de uma rápida desvalorização cambial. O resultado desse arranjo é uma inflação acima de 8%. Como apenas uma pequena fração desses choques é temporária, a inflação deve prosseguir alta até o final do ano.

Entre janeiro e abril de 2015, a inflação brasileira acumulada foi de 4,54%. Para os próximos oito meses do ano, a mediana das projeções da Pesquisa Focus acumula alta de 3,58%. Portanto, a inflação para o final de 2015 deverá chegar a 8,12%.

Apenas para ilustrar a resistência da inflação brasileira, mesmo com a economia com claros sinais de recessão, basta comparar a evolução dos índices mensais do IPCA de 2014 com as respectivas projeções para 2015. A inflação mensal esperada entre os meses de maio e dezembro de 2015, segundo a Pesquisa Focus, é de 3,58%, enquanto a inflação observada neste período em 2014 foi de 3,45%, ou seja, são muito semelhantes. Se não fossem os reajustes de tarifas e a desvalorização cambial mais intensa nos quatro primeiros meses de 2015, a inflação deste ano não seria muito diferente daquela observada no ano passado. Por trás desta resistência, merece grande destaque a inflação de serviços.

Nesse ritmo, a inflação de 2016 deverá ficar abaixo do topo da meta, se não ocorrerem outros choques.

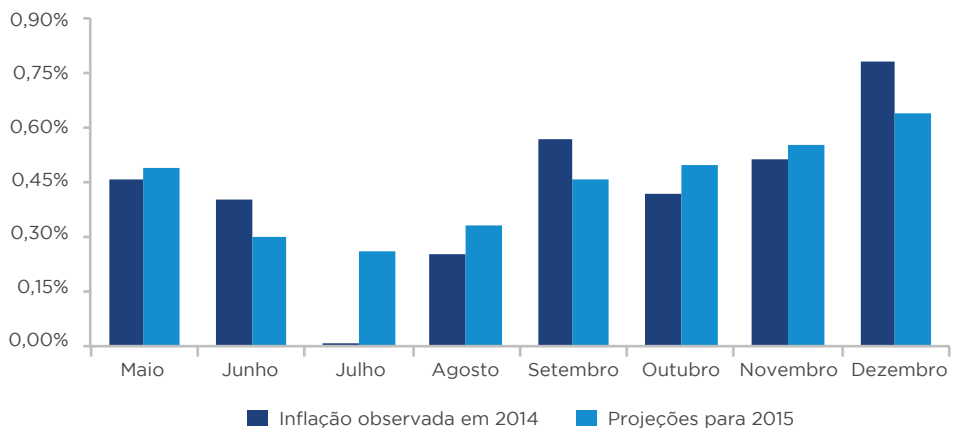
REMÉDIO AMARGO: DEIXAR A ECONOMIA DESAQUECIDA

Como mencionado, no final de abril, a inflação brasileira já acumulou uma alta de 4,54% em 2015. Ou seja, a elevação dos preços nos quatro primeiros meses do ano já foi suficiente para atingir a meta esperada para todo o ano, porém ainda faltam oito meses para chegarmos a 2016. Diante desse quadro, fica a questão: como trazer a inflação de volta para o centro da meta ou, pelo menos, para a sua margem de tolerância?

Infelizmente, não há solução indolor para reduzir essa inflação. É necessário deixar que a economia prossiga a sua trajetória de desaceleração. Em outras palavras, o BACEN terá que continu-

INFLAÇÃO (IPCA) MENSAL ENTRE MAIO E DEZEMBRO

VALORES OBSERVADOS EM 2014 E PROJEÇÕES DA PESQUISA FOCUS PARA 2015



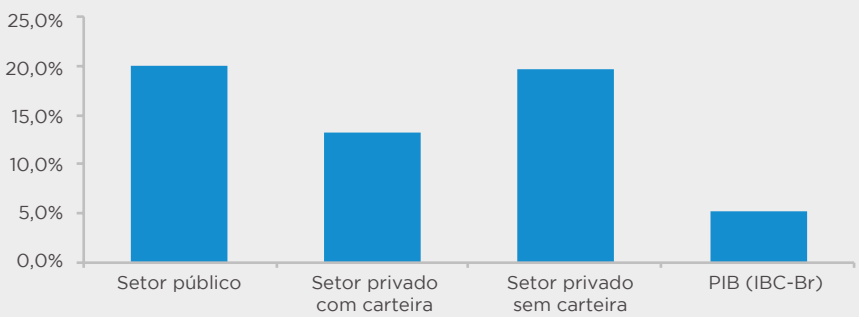
Fonte: IBGE; BACEN

COMO REDUZIR A INFLAÇÃO DE SERVIÇOS?

Há tempos, a inflação de serviços tem crescido a taxas substancialmente acima da média dos demais preços. Na origem deste processo, está o persistente aumento dos salários em termos reais acima da expansão da renda gerada pela economia nacional, tecnicamente chamada de PIB. Essa dinâmica tem sido observada tanto nos rendimentos do setor privado, quanto nos do setor público, ou seja, os salários, de uma forma quase generalizada, têm crescido mais do que a economia. Claramente, essa situação não é sustentável.

Aumentos de salários acima do crescimento da economia representam aumento de custos. Alguns setores com maiores dificuldades para repassar esse choque, como a Indústria, têm suas margens comprimidas e, no limite, deixam de operar. Já setores que conseguem fazer esse repasse com maior facilidade – por exemplo, por não sofrerem com a concorrência dos importados – simplesmente repassam os salários mais altos para os seus preços finais, como é o caso do setor de Serviços. Enfim, o crescimento dos salários em um ritmo acima da expansão da economia criou a inflação de serviços, tanto pelo lado da demanda (maior consumo), como pelo lado da oferta (maiores custos de produção).

CRESCIMENTO ACUMULADO DOS SALÁRIOS *VERSUS* PIB (IBC-BR) ENTRE 2011 E 2014



Fonte: IBGE; BACEN

Para conter uma inflação de serviços, só há remédios bastante amargos: redução do salário em termos reais (isto é, reajustes nominais abaixo da inflação) e desemprego. Ou seja, não pode ser surpresa para ninguém que os salários, na média, passem a ser reajustados abaixo da inflação – ou simplesmente não sejam reajustados – e que a taxa de desemprego aumente consideravelmente. Faz parte do processo de ajuste; por mais que seja desconfortável, é inevitável.

ar despejando um "balde de água fria" sobre o mercado interno. Isso é feito por meio de diversas medidas, tais como elevação da taxa de juros e contenção do crédito, bem como, pelo lado do Palácio do Planalto, via redução dos gastos do Governo. Em todos os casos, o objetivo é o mesmo: conter o volume de recursos em circulação na economia.

Esses remédios não são indolores e geram efeitos colaterais. No curto prazo, farão com que a renda das famílias e o lucro das empresas cresçam menos ou, no pior dos casos, diminuam, além de aumentarem a taxa de desemprego. É inegável que essa situação cause desconforto e, portanto, rejeição em diversos segmentos da sociedade. Todavia, repetir a estratégia dos últimos anos de postergar a correção desses desequilíbrios fará somente com que o problema fique cada vez maior e de solução mais complicada.

É REALMENTE NECESSÁRIO ELEVAR A TAXA DE JUROS E CONTER O CRÉDITO?

Diante das consequências desconfortáveis causadas pelas medidas de combate à inflação, tem-se questionado a real necessidade de desaquecer ainda mais a economia brasileira. Estes questionamentos ganham ainda mais força ao se constatar que parte da inflação de 2015 não tem sua origem em um mercado aquecido, mas em um processo de reajuste de tarifas públicas. Infelizmente, a resposta é sim: o BACEN terá que segurar o crescimento da economia para controlar a inflação. Isso por diversas razões, como:

• A inflação de serviços continua alta: em 2014, enquanto a inflação média foi de 6,41%, aquela associada a serviços pessoais fechou o ano com um aumento acumulado de 9,54%;

• Embora parte do aumento de preços observado nos quatro primeiros meses de 2015 tenha como origem o reajuste de tarifas públicas, esse choque não é transitório e, na medida do possível, será repassado aos demais preços; logo, o BACEN tem que intervir. Aqui, vale aquele ditado em Economia: até é possível identificar onde a inflação teve início, porém é impossível saber onde ela terminará;

• Como a outra parte do reajuste de preços de 2015 vem de uma desvalorização cambial, que também não oferece qualquer indício de que seja um choque temporário, mais uma vez, o BACEN tem que intervir.

Infelizmente, elevação de juros e contenção do crédito são medidas que geram diversos efeitos colaterais indesejados sobre a economia. Todavia, estes são os melhores remédios à disposição da autoridade monetária. Essas correções já eram para terem sido feitas há tempos, e esse atraso só fez o problema ficar maior e mais complicado. Postergar esse ajuste, além de não resolver o problema, representará a insistência na estratégia que deu errado e que colocou a economia brasileira na situação em que se encontra. ■

SHUTTERSTOCK



CRISE SUCROALCOOLEIRA

OS EFEITOS DA REDUÇÃO DA MISTURA DE ETANOL NA GASOLINA

PLINIO M. NASTARI
Presidente da Datagro

TEM SIDO ampla a cobertura dos impactos da desastrada política de preços de combustíveis sobre os demonstrativos financeiros da Petrobras. No entanto, pouco tem se falado sobre o impacto causado ao setor de açúcar e etanol, do qual o Brasil é o principal protagonista, respondendo por 35,3% da cana produzida e 45,6% da exportação de açúcar no mundo. No mercado de etanol, pela falta de uma política de longo prazo para o setor, o Brasil foi de longe superado pelos Estados Unidos com sua produção de etanol de milho, reconhecidamente menos eficiente tanto do ponto de vista energético, quanto ambiental. Na safra 2014/15, o Brasil gerou 28,4 bilhões de litros de etanol, enquanto os EUA produziram 54,2 bilhões de litros. Na exportação, o Brasil respondeu por apenas 19,5% do mercado mundial, enquanto os EUA responderam por 45,2%.

Os principais equívocos do Governo estão não só relacionados à política de preços subsidiados à gasolina entre 2010 e 2014, mas também à redução gradual da CIDE, imposto específico sobre a gasolina, a partir de 2008 e à sua eliminação total em 2012. Mais ainda, o setor sofre, até hoje, as consequências da injustificada redução do teor de mistura de etanol anidro na gasolina, no período de dezenove meses compreendido entre outubro de 2011 e abril de 2013.

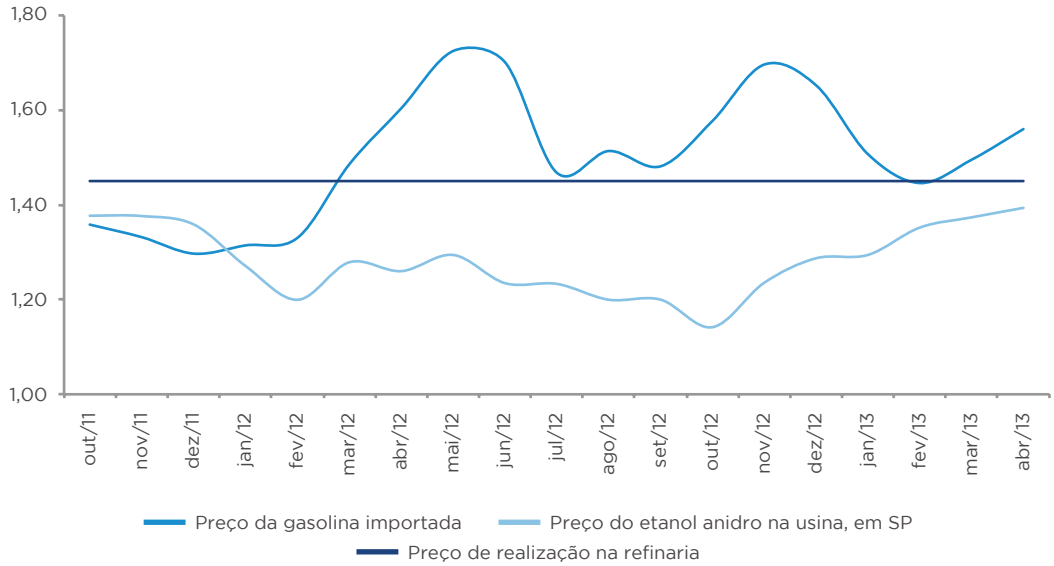
Essa decisão de reduzir o teor da mistura de etanol anidro na gasolina, de 25% para 20%, foi adotada sem que houvesse qualquer justificativa econômica ou relacionada ao abastecimento de combustível e trouxe graves prejuízos à Petrobras, ao setor de açúcar e etanol e à balança comercial brasileira. Os produtores de etanol deram, à época, todas as garantias de que o mercado seria abastecido normalmente, pelos estoques existentes e pela aquisição que já havia sido contratada de alguns volumes de etanol importado a baixos preços, aproveitando o excesso de produção de etanol dos EUA naquele ano. A decisão forçou a Petrobras a importar volumes adicionais de gasolina a preços maiores do que os praticados no mercado interno. Os produtores deixaram de vender etanol e produziram mais açúcar, fazendo com que o preço da *commodity* caísse. A balança comercial perdeu com a importação desnecessária de gasolina e preços mais pressionados na exportação de açúcar. Foi uma medida "perde-perde-perde."

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indicam que, entre outubro de 2011 e abril de 2013, período em que vigorou o nível de mistura reduzido de 20%, o consumo de gasolina C (gasolina mais etanol anidro) foi de 62,44 bilhões de litros. O consumo de etanol anidro, neste período, foi de 12,49 bilhões de litros. Caso tivesse sido mantido o nível de mistura de 25%, o consumo de anidro teria sido de 15,61 bilhões de litros, isto é, 3,12 bilhões de litros maior do que o efetivamente registrado.

Nos seis meses anteriores à implementação da medida, entre abril e setembro de 2011, a im-

PREÇOS DE GASOLINA IMPORTADA, NAS REFINARIAS E DE ETANOL ANIDRO, ENTRE OUTUBRO DE 2011 E ABRIL DE 2013

R$/LITRO



Fonte: SECEX; BACEN; ANP; Cepea

portação de gasolina foi de 838,06 milhões de litros, com uma média mensal de 139,68 milhões de litros. A partir de outubro de 2011 e até abril de 2013, o volume importado de gasolina saltou para 7,02 bilhões de litros, ou seja, um aumento de 229,70 milhões de litros mensais. A importação ocorreu a preços médios de R$ 1,5018 por litro, acima do preço de realização da gasolina nas refinarias e muito acima do preço médio do etanol anidro vendido no mercado interno, de R$ 1,2821 por litro.

E o que foi feito com o etanol anidro não produzido e não consumido? Mais açúcar. Na safra 2012/13, foi atingido o recorde histórico até hoje de produção de açúcar, com 38,2 milhões de toneladas, volume que quase se repetiu na safra seguinte, 2013/14, com 37,6 milhões de toneladas. Desde então, o volume produzido de açúcar recuou para 35,4 milhões de toneladas, em 2014/15. A estimativa de produção para a safra que se inicia agora, 2015/16, é de 35,7 milhões de toneladas.

O volume de anidro que se deixou de produzir e consumir no mercado doméstico foi de 3,12 milhões de metros cúbicos. Este volume correspondeu a 5,22 milhões de toneladas de açúcar bruto a granel adicionais que o País colocou no mercado internacional, um dos fatores que tem levado ao excedente mundial, causando a deterioração de seu preço.

O retorno parcial da CIDE a partir de fevereiro de 2015 e a elevação da mistura de anidro na gasolina para 27% a partir de 16 de março são medidas que recuperam em parte o que foi perdido. A retomada da competitividade e do consumo de etanol frente à gasolina são os elementos que devem guiar a recuperação desse setor, tão gravemente afetado pelas políticas desastradas implementadas a partir de 2010. ■

CONFINAMENTO

ELEVADO RISCO DE INVESTIMENTO

RAFAEL RIBEIRO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX LOPES
Zootecnista da Scot Consultoria

AS EMPRESAS de insumos e produtos para uso em confinamento de bovinos apostam em um ano favorável para a atividade de engorda intensiva. Porém, para que o investimento no confinamento se torne atrativo, será necessário uma valorização nos preços da arroba no segundo semestre, em relação aos preços de abril, principalmente para o pecuarista que não faz o ciclo completo (cria, recria e engorda), ou seja, aquele que precisa comprar o boi magro no mercado. Com uma valorização de 5% em relação aos R$ 150,22 por arroba de hoje, a rentabilidade será próxima de 10%. Por sua vez, para que esse cenário de valorização da arroba se concretize, a demanda por carne bovina precisará aumentar, o que não deverá ocorrer.

No primeiro trimestre de 2015, os preços da arroba subiram. A primeira explicação teve como fundamento o impacto negativo da seca nas condições de terminação das boiadas em pasto. Em segundo lugar, há a perspectiva de oferta reduzida



SHUTTERSTOCK

SIMULAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DO CONFINAMENTO EM 2015

Preço do boi magro	**R$ 2.050,00**
Custo diário por cabeça	**R$ 6,50**
Peso do boi magro – entrada no confinamento	**360,0 kg**
Ganho de peso médio diário	**1,5 kg**
Período de cocho	**90 dias**
Peso de saída	**495,0 kg**
Rendimento de carcaça	**55%**
Custo total	**R$ 2.635,00**
Preço mínimo de venda da arroba para atingir o ponto de equilíbrio (receita igual a despesa)	**R$ 145,18**

Fonte: Scot Consultoria

de matéria-prima para atender os frigoríficos nos próximos meses, mesmo com a volta observada das chuvas. Esse quadro, certamente, traz ânimo para o setor, porém o cenário é de cautela. Há uma interação de fatores em jogo, como: a situação econômica do País, com impacto sobre a venda de carne; os preços da arroba do boi gordo e do boi magro; a expectativa de resultado do confinamento; e o desempenho da indústria frigorífica. O balanço desse conjunto inspira atenção.

Já existe boi magro sendo vendido no mercado de São Paulo por mais de R$ 2 mil. Considerando que estamos no período de menor demanda por este animal, há espaço para altas de preços. Em uma simulação, se o preço do boi magro subir 2,5% até julho, ou seja, a metade do incremento ocorrido no mesmo período do ano passado, a arroba terminada em confinamento deverá ser vendida por R$ 145,18, para pagar todos os custos. Em 2014, com esta remuneração, o retorno sobre o investimento superaria os 20,0% – a rentabilidade média do confinamento em 2014, sem considerar a terra, foi de 18,5%.

Para manter esta mesma rentabilidade, o preço do boi gordo precisaria subir fortemente no segundo semestre. Um retorno de 20,0% seria atingido neste ano com a arroba vendida por R$ 172,00 em São Paulo, ou seja, uma valorização de 14,5% em relação aos preços médios da primeira metade de abril (R$ 150,22). Nessa situação, como o aumento no valor da arroba tem impacto na margem da indústria, o desempenho do setor frigorífico ganha importância para a viabilidade do confinamento.

INDÚSTRIA FRIGORÍFICA

Em 2015, os frigoríficos já registram margens historicamente baixas. Como nada indica uma oferta crescente de boiadas ou uma melhoria na situação da economia – pelo contrário, a expectativa é de aumento da inflação e de queda na renda do consumidor –, os negócios poderão ficar ainda mais difíceis para a indústria. Aumentar os preços da carne certamente afetaria o consumo, que já é preocupante.

Desde o começo do ano, os cortes de traseiro no varejo paulista subiram 1,0%, o dianteiro, 2,5%, e a carne de frango, 4,5%. Com menor renda, a preferência da população é pelos produtos concorrentes de menor valor – no caso, o frango. Para piorar, as exportações de carne bovina, uma saída para ajudar o escoamento em tempos de retração no mercado interno, caíram 20,0% nos três primeiros meses de 2015. Uma mudança nesse cenário dependerá da retomada dos preços do petróleo, fonte de renda dos principais países importadores da carne bovina brasileira.

Diante do quadro apresentado, a perspectiva de aumento do preço da arroba significa estreitar o resultado econômico do frigorífico. A compra da boiada possui uma participação estimada de 80,0% no custo total de uma planta de abate e processamento de carne.

Para analisar o resultado da indústria, vamos tomar por base duas possíveis hipóteses:

• O preço da arroba atingir R$ 156,00 em outubro de 2015, como indicam os contratos futuros. Nesse caso, a margem do frigorífico que não desossa seria de 3,6%, resultado muito abaixo da média dos últimos cinco anos, de 15,0%.

• A cotação voltar ao nível do início de 2015, de R$ 133,9 por arroba em 1º de janeiro. Este valor não cobre os custos de produção do confinamento (R$ 145,18, segundo a simulação), mas oferece uma margem melhor para o frigorífico.

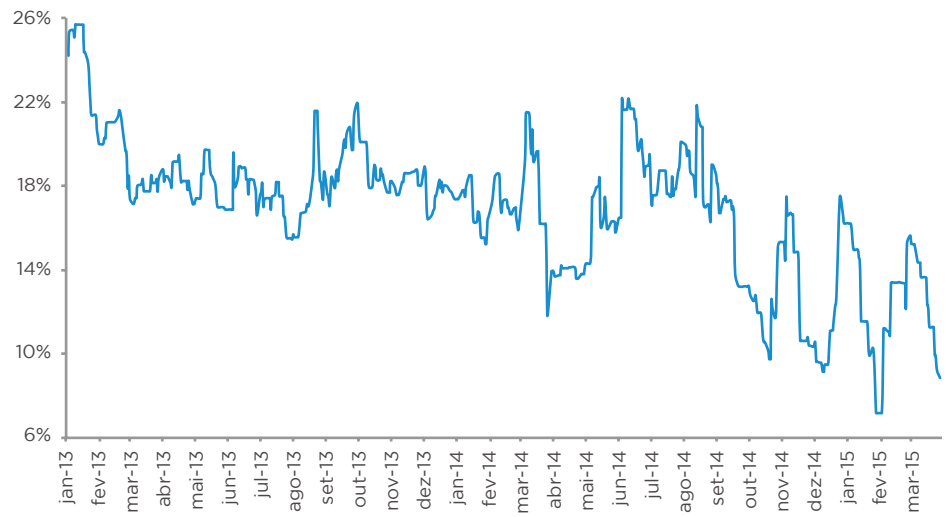
Mantendo-se a expectativa de a demanda do mercado consumidor de carne continuar fraca, o preço do varejo não deverá reagir. O frigorífico, nessa situação, encontrará dificuldade para repassar qualquer alta de custo do boi gordo para a rede varejista.

Enfim, fica reduzida a chance do confinador obter lucro com a engorda de um boi magro adquirido por mais de R$ 2 mil. Com isso, o ímpeto para confinar poderá diminuir.

Nesse setor, é comum o planejamento traçado no começo do ano ser totalmente revisto. Essa avaliação acontece próximo do período de fechamento dos bovinos no confinamento, geralmente no final do primeiro semestre. É um momento em que a projeção de custos e receita é feita com números mais "afinados".

Atenção ao consumo de carne! ■

RELAÇÃO ENTRE A RECEITA COM A VENDA DE CARNE COM OSSO, COURO, SEBO, MIÚDOS E SUBPRODUTOS E O PREÇO PAGO PELA ARROBA



Fonte: Scot Consultoria

INSUMOS AGRÍCOLAS

O MERCADO PARA OS DEFENSIVOS E OS FERTILIZANTES

DA REDAÇÃO

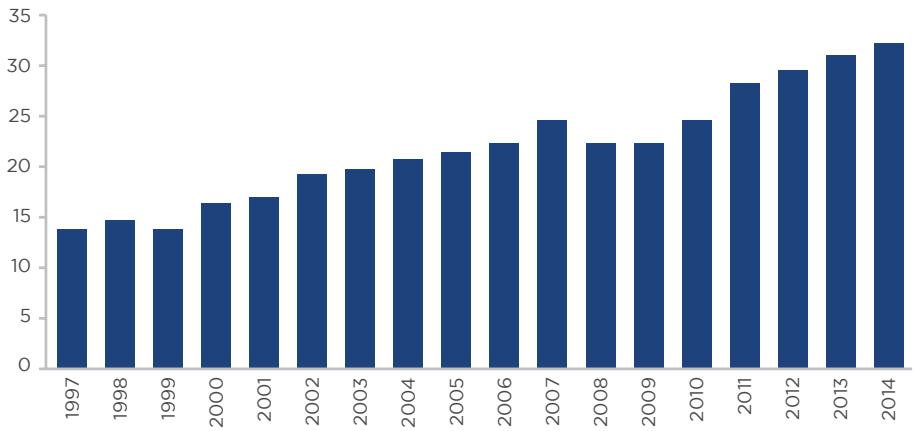
APESAR DA expectativa de crescimento do PIB do agronegócio em 2015, a acomodação dos preços internacionais das *commodities* e o menor crescimento da renda agrícola devem impactar o resultado das vendas de insumos para produção. Outro fator importante é a desvalorização do real em relação à moeda americana. Como a maioria dos defensivos e dos fertilizantes é importada, o dólar mais caro aumenta o custo da produção. Com o custo mais alto e a perspectiva de receita baixa, o produtor deverá investir menos na lavoura.

FERTILIZANTES

O mercado nacional de fertilizantes foi marcado por anos de crescimento. De 1997 a 2014, houve queda nas vendas em apenas dois exercícios: o primeiro em 2005, com a baixa nos preços da soja na Bolsa de Chicago; e o segundo em 2008, como consequência da crise financeira que ganhou dimensões globais. No ano passado, o setor alcançou o quarto recorde seguido nas entregas do insumo.

BRASIL: ENTREGAS DE FERTILIZANTES

MILHÕES DE TONELADAS



Fonte: ANDA

Em torno de 70% do mercado interno são atendidos por importações. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), os intermediários para fertilizantes são os principais itens da pauta de importação de produtos químicos, com compras de mais de 23,4 milhões de toneladas, no valor de US$ 7,7 bilhões, em 2014.

A persistência dos preços baixos do petróleo desde o segundo semestre de 2014 deve manter a redução, em dólares, no custo dos transportes e nos fertilizantes nitrogenados, pois ambos utilizam produtos fabricados a partir de derivados da *commodity*. No entanto, a valorização do dólar em relação ao real deve anular parte desse impacto e forçar o desembolso dos produtores, segundo a análise do diretor executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), David Roquetti Filho. Para Carlos Florence, diretor da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (Ama-Brasil), apesar da reclamação dos produtores com relação à falta de crédito neste período de pré-plantio, a menor venda do insumo é explicada pela cautela dos produtores frente a uma definição do dólar e dos preços das *commodities* e dos fertilizantes.

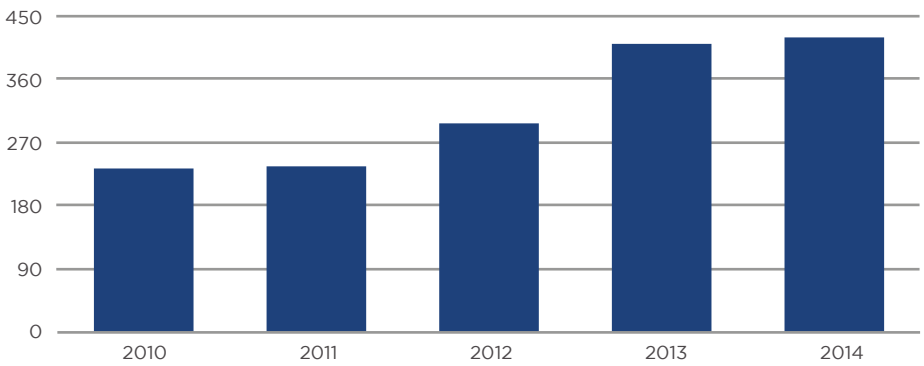
Nesse cenário, as vendas de fertilizantes ao longo de 2015 tendem a seguir o padrão normal de um terço no primeiro semestre e dois terços no segundo semestre. Em outros anos, o mercado já esteve mais aquecido nesta virada do primeiro para o segundo trimestre, com o setor produtivo bem mais animado. Mesmo assim, ainda é cedo para descartar um novo recorde nas entregas até dezembro.



SHUTTERSTOCK

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE DEFENSIVOS

MIL TONELADAS



Fonte: SINDIVEG

DEFENSIVOS

Pelas estatísticas do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), as importações brasileiras de defensivos agrícolas cresceram nos últimos anos, atingindo US$ 7,3 bilhões em 2014. Esse comportamento tem como justificativa a expansão na aquisição de inseticidas, devido, por exemplo, ao recente aparecimento e ao ataque de pragas nas lavouras, como a *Helicoverpa*, na soja, e a falsa-medideira, no algodão. Para não perder produtividade e garantir melhor resultado financeiro, o produtor toma a decisão de adquirir o agroquímico.

Para 2015, além da queda nas cotações das *commodities* e do aumento do custo de produção, outro fator que que deve impactar negativamente as vendas é o tempo mais seco. Nessas condições, há uma redução na incidência de fungos e, consequentemente, uma menor procura por defensivos.

O agroquímico mais vendido continua a ser o herbicida, puxado pela liderança do glifosato, em parte pela alta adoção do sistema de plantio direto na palha, que alcança mais de 35 milhões de hectares no País.

A dependência de produtos importados é elevada. Mesmo com quase 300 ingredientes ativos disponíveis no mercado, somente dez deles são sintetizados no Brasil. Esse quadro inverteu a situação observada há aproximadamente trinta anos, quando mais de três quartos dos produtos comercializados eram produzidos no próprio País. Por questão de custo e entraves burocráticos, a estratégia da indústria mudou, e ela passou a importar defensivos. Além das medidas restritivas e do grande rigor nas fiscalizações, há um longo e demorado processo para se registrar novos agroquímicos. Da quantidade importada em 2014, os produtos técnicos (princípio ativo para a elaboração do produto) corresponderam a 56,2% do total, enquanto os produtos formulados (produto final), a 43,8%.

O risco de aparecimento de novas pragas, principalmente devido à grande extensão nacional do território e ao intercâmbio crescente entre países, precisa ser visto com maior prioridade do ponto de vista da segurança sanitária da agropecuária nacional. Sobre este assunto, recomendamos a leitura do artigo "Defesa agropecuária – Perdas e danos para o agronegócio", na página 30 desta edição. ■

DEFESA AGROPECUÁRIA

PERDAS E DANOS PARA O AGRONEGÓCIO

LUÍS EDUARDO PACÍFICO RANGEL
Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DSV/MAPA)

A POLÍTICA fitossanitária deve ser vista como um conjunto de ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dirigidas à sanidade dos vegetais, sempre alinhada ao princípio científico, à transparência das decisões e à legislação vigente.

Hoje, o Decreto nº 24.114, de 1934, base da política fitossanitária nacional, necessita de urgente revisão, por estar desconectado, em vários aspectos, da realidade da agricultura nacional.



SHUTTERSTOCK

No âmbito mundial, esse tema está estruturado por meio da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIPV), com 181 países signatários. Seu objetivo é proteger as plantas nativas e cultivadas por meio da prevenção da introdução de pragas. Em nível regional, existe o Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE), com a finalidade de harmonizar procedimentos e definir políticas regionais de modo a fortalecer os princípios do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa estruturação surgiu da percepção de países da Europa, da Ásia e da América do Norte, que apontam, atualmente, danos anuais de US$ 250 bilhões devidos às pragas introduzidas nas culturas em função da intensificação dos fluxos comerciais.

No Brasil, os projetos para o desenvolvimento da defesa sanitária devem contar com a integração público-privada, a fim de otimizar os esforços e as virtudes de cada segmento, como: pesquisa e conhecimento científico, educação e transferência de tecnologia, além da certificação e da fiscalização. A iniciativa possui papel fundamental nos levantamentos fitossanitários. Essas ações de diagnóstico básico e regional são as células de um grande sistema de vigilância fitossanitária em um país com as dimensões do Brasil.

Os paradigmas a serem vencidos referem-se ao estabelecimento de uma gestão pública eficiente, que conte, ao mesmo tempo, necessariamente, com indicadores úteis à fitossanidade e com a integração dos diversos atores, principalmente o produtor rural.

OS NÚMEROS NO BRASIL

Somente os prejuízos provocados pela doença da ferrugem asiática na soja nacional evoluíram de US$ 177 milhões, na safra 2001/02, para US$ 2,38 bilhões, na safra de 2007/08. As compras de fungicidas para combater essa praga movimentam um terço do mercado brasileiro de defensivos, considerado o maior do mundo, com cerca de US$ 11 bilhões no ano de 2013.

Dados da Embrapa e da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq) apontam perdas anuais de produção causadas por insetos, na média, de 7,1% no início da década de 2000, que representam prejuízos de US$ 2,2 bilhões para a renda agrícola.

Recentemente, estima-se que os insetos considerados pragas causem perdas anuais de US$ 12 bilhões para a economia brasileira, dos quais US$ 1,6 bilhão é decorrente de pragas quarentenárias. Desde o final do século XIX, foram registradas 24 espécies de pragas introduzidas no Brasil, com destaque para a ferrugem, a broca-do-café, a mosca-do-mediterrâneo e o bicudo-do-algodoeiro.

A Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária (SBDA) registra 150 pragas quarentenárias com grande potencial de entrada no Brasil. Algumas delas possuem chances de impactar as lavouras brasileiras: pulgão-da-soja, necrose letal do milho, monilíase do cacaueiro, amarelecimento letal do coqueiro, estriga e ácaro chileno das fruteiras.

A desestruturação da Defesa Sanitária Vegetal pode, também, causar perdas em relação à ressurgência de pragas já estabelecidas e negligenciadas. Com o aumento da incidência das principais espécies de mosca das frutas, como a *Ceratitis capitata* e a *Anastrepha grandis*, a Índia, o Chile e a Europa suspenderam recentemente as importações do Brasil, com prejuízos anuais de US$ 20 bilhões e a perda de 240 mil empregos diretos.

A *Helicoverpa armigera*, com seus ataques às lavouras de soja, milho e algodão em doze estados nacionais, pode gerar prejuízos de R$ 2 bilhões. No Mato Grosso, o índice médio de perdas nos campos de soja é de 3,0%, com aumento de 4,3% nos custos de produção – R$ 85,00 a mais por hectare. Este percentual corresponde às três aplicações extras de defensivos que são demandadas quando há incidência da lagarta. Somente este custo adicional soma R$ 707 milhões.

Conceitos como os de paisagens agrícolas e o Manejo Integrado de Pragas (MIP) devem ser recuperados e integrados a indicadores eficientes para medirem os efeitos das políticas públicas de defesa agropecuária. Para isso, a convergência de ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de outros órgãos junto à defesa agropecuária é fundamental em um ambiente de coordenação nacional.

No cenário de defesa agropecuária, é necessário reduzir a disputa entre os segmentos interessados. A posição do MAPA é a de ser o coordenador das ações que compõem a grande política fitossanitária no Brasil. Todos os atores devem desempenhar com eficiência seu potencial na defesa dos interesses do agronegócio nacional. ■

CRÉDITO

INCENTIVOS AO FINANCIAMENTO PRIVADO

RENATO BURANELLO

Sócio e coordenador da área de Agronegócios da Demarest Advogados e membro da Câmara Temática de Crédito e Comercialização do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

O agronegócio dá-nos não apenas uma grande vantagem comercial, representada pelos contínuos superávits das exportações, mas também uma oportunidade única de ganho geopolítico: o Brasil tem chance real de atender grande parte da demanda mundial por alimentos, fibras e biocombustíveis, ampliando sua área plantada e seu padrão tecnológico. Mas, para isso, é necessário que haja políticas públicas nesse planejamento para o futuro, em que se discuta e se defina o papel dos setores público e privado no financiamento do agronegócio.

Roberto Rodrigues

NESSE CENÁRIO, surge, naturalmente, a questão da captação e da aplicação dos recursos para o custeio do contínuo desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Ao contrário de países mais desenvolvidos, não temos ainda o instrumental suficiente, nem mesmo uma política de financiamento planejada estrategicamente. Historicamente, o setor, no Brasil, tem sofrido as consequências de políticas econômicas assistemáticas e que levam a disponibilidade irregular de crédito para financiamento da produção agrícola. É justamente nesse ponto que começa a se delinear o objetivo da Lei nº 11.076, de 2004, com a criação do Sistema Privado de Financiamento do Agronegócio.

O custeio da produção e da distribuição de alimentos e bioenergia necessitará de mais fontes e maiores volumes de recursos, num cenário em que: a) não há grande familiaridade, nem de financistas, nem de investidores, com as virtudes e as transformações do setor; e b) não há recursos disponíveis para economias e atividades percebidas como de maior risco. É preciso, portanto, construir uma ponte entre o mercado financeiro e de capitais e o agronegócio e compreender adequadamente o funcionamento dos sistemas agroindustriais, especialmente na moldura econômica atual, para fazer chegarem ao setor os recursos financeiros necessários ao seu funcionamento eficiente e sustentável.

Entre as novas fórmulas negociais que informam as bases de financiamento, estão os novos títulos de crédito privado. O financiamento ao agronegócio, até pouco tempo atrás, apoiava-se sobremaneira em linhas oficiais disponibilizadas principalmente pelo Banco do Brasil e pelos programas especiais do BNDES, oferecidas sempre a juros abaixo do mercado e, por outro lado, exigindo grande reciprocidade por meio de outras operações. A politização do agronegócio não se deu, portanto, apenas em questões fundiárias e jurídicas, exibindo um viés dirigista também na alocação de recursos financeiros. Nesse aspecto, o incentivo externo (i.e. governamental) para versão de recursos no setor agropecuário deu-se por meio de um controle artificial dos juros praticados no crédito agrícola.

Como costuma acontecer nesses casos, passamos a depender cada vez mais do direcionamento forçado dos depósitos à vista, e não é difícil perceber as consequências desse modelo. Disso se segue que essa oferta de crédito "enviesada" política e ideologicamente causa uma concentração do ris-

co apenas no setor bancário, o que se agrava pelo fato de que as taxas (controladas) aí praticadas representam um fraquíssimo incentivo para o ingresso de novos *player*s nesses mercados.

Entre os novos instrumentos, a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) vem em contraponto ao disposto acima, cumprindo a função da captação de recursos ao setor, na reorientação mais eficiente e mais adequada do objeto agroindustrial (i.e. das atividades econômicas dentro dos chamados sistemas agroindustriais) e no enquadramento de fórmulas juridicamente hábeis ao estreitamento com o mercado financeiro e de capitais, à divisão de risco e à estabilidade institucional em um ambiente de mercado. A sistemática dos novos títulos de financiamento do agronegócio busca inverter esse direcionamento até então aplicado.

Tal sistemática coloca em perspectiva a participação do sistema financeiro de uma forma mais racional na condução do redesenho do crédito privado ao setor, com o envolvimento de todos os agentes em cooperação para a estrutura de operações de mercado. Isso está representado na certeza e na exigibilidade dos instrumentos e na adequação a institutos jurídicos constitutivos e, ainda, na apresentação transparente aos riscos inerentes da atividade.

É inevitável, aqui, confirmar os conceitos de funcionamento dos mercados agrícolas, bem como se referir às atribuições e à governança das instituições financeiras. Nesse contexto, a LCA vem em contraponto ao disposto anteriormente, cumprindo as funções da captação de recursos ao setor e da alocação mais eficiente na estabilidade institucional em um ambiente de mercado. Assim, a sistemática dos novos títulos de financiamento do agronegócio busca inverter esse direcionamento até então traduzido por meio das políticas agrícolas.

A nova sistemática coloca em perspectiva a participação do sistema financeiro de uma forma mais racional na condução do redesenho do crédito privado ao setor. Isso está representado na certeza e na exigibilidade dos instrumentos, na adequação a institutos jurídicos constitutivos e, ainda, na apresentação transparente aos riscos inerentes da atividade, com o reconhecimento do diferenciado funcionamento dos mercados agrícolas.

Tudo aqui está colocado na perspectiva de uma nova governança das instituições financeiras – na estruturação, escrituração, custódia e registro de títulos e valores mobiliários –, inclusive para melhor executar a regulação do mercado financeiro e, ao mesmo tempo, manter o estímulo à criatividade e à inovação financeira, necessários ao novo ciclo de crédito privado agroindustrial. ■

SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E PRIVADAS, EM AGOSTO DE 2014

	% do PIB	Participação %
Privado	26,68	47,0
Público	30,08	53,0
Total	**56,76**	**100,0**

Fonte: Sistema de Séries Temporais/BACEN

Edição 2015

Agenda Institucional do Cooperativismo

A Agenda Institucional do Cooperativismo 2015 reúne as principais demandas da categoria junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. É a força do movimento cooperativista atuando para o desenvolvimento do país na construção de um futuro sustentável.

OCB 15 ANOS

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP



ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

O CASO DA COOPERATIVA CHS

RICARDO MORAES PAROLIN[1] FLAVIO RUHNKE VALÉRIO[2]
MARCOS FAVA NEVES[3]

O COOPERATIVISMO tem evoluído nos últimos anos e já possui grande importância no desenvolvimento do País. É definido como uma associação de indivíduos com interesses em comum, que pensam o trabalho de forma igualitária e que visam ao progresso da associação. No agronegócio, tais associações têm papel fundamental na sustentabilidade de produtores menores.

A CHS Inc. é uma líder global de agronegócios de propriedade de agricultores dos EUA e atua nas áreas de energia, grãos e alimentos. A empresa auxilia o crescimento dos negócios de seus clientes, cooperados e outros *stakeholder*s por meio de operações domésticas e globais. Possui soluções de negócios que incluem atividades de seguro e serviços financeiros. Também opera refinarias de petróleo e oleodutos e fabrica e comercializa combustível e lubrificante. No ano de 2013, com um quadro de mais de 10 mil funcionários, a companhia registrou receita de US$ 44,5 milhões.

Considerada um caso de sucesso no setor, justificam-se a análise e o entendimento das estratégias da CHS visando-se desenvolver ações de *benchmarking* para cooperativas brasileiras.

ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO

A CHS é uma empresa dirigida para a demanda: "ser um sistema integrado e global de energia, grãos e alimentos que conecta produtores e consumidores de maneira inovadora". Além disso, a CHS valoriza o contato com *stakeholder*s e se preocupa em como irá atuar em novas regiões e negócios de que possui pouco conhecimento. Busca sempre compreender o que seus clientes e fornecedores valorizam e esperam da cooperativa. Exemplo disso foi a ampliação da produção de diesel para atender seus cooperados em determinadas épocas do ano em que a disponibilidade do combustível é menor nos EUA.

Um ponto de aprendizado para nós é que, além de estar atenta às necessidades de seus clientes, a CHS também monitora constantemente o ambiente em que está inserida e procura aproveitar as oportunidades e reduzir as ameaças identificadas.

As cooperativas do Brasil devem ter consciência de que essa forma de enxergar o mercado e estar atenta ao ambiente e aos consumidores requer um planejamento estratégico com visão de longo prazo e que toda a organização esteja focada na coleta, na geração e na disseminação de informações.

SOLUÇÕES COMPLETAS

A cooperativa atua desde antes do plantio – com seleção de culturas, planejamento da safra, seleção e venda de sementes –, passando pela pós-colheita – em que oferece serviços de logística e assessoria na comercialização, incluindo atividades como aplicação de fertilizantes, oferta de combustíveis, agricultura de precisão e análise de solos –, até produtos e serviços que são utilizados durante todo o ano pelos produtores, como *hedge*, serviços financeiros, seguro e consultoria.



SHUTTERSTOCK

Essa ampla variedade de fontes de receita traz o benefício da mitigação de riscos: quando um dos segmentos de atuação está em crise, o resultado da empresa não é tão impactado. Essa característica fez com que ela se tornasse mais sustentável, pois, ao não limitar seu foco de atuação a determinados segmentos, a empresa tem mais chances de continuar a ser um importante *player*, mesmo no caso de mudanças de tecnologia e aparecimento de produtos substitutos.

Essa é uma ótima oportunidade para as cooperativas brasileiras agregarem valor à sua oferta: oferecer soluções, e não somente produtos, aos seus cooperados.

AQUISIÇÕES E *JOINT VENTURES*

A CHS tem desenvolvido diversas *joint ventures* para atender as demandas de mercado e diversificar sua área de atuação. A partir de 2013, foram mais de sete, criando empresas com objetivos que variam desde a comercialização de girassol até serviços de transporte e armazenagem. Estas parcerias ajudaram a CHS a expandir seus negócios de forma rápida, barata e eficiente, associando-se a grandes *player*s, que trazem crescimento seguro e sem comprometer o caixa.

Sendo um dos problemas do setor a velocidade da tecnologia, fica mais fácil aprender com alguém do mercado que já possui o *know-how* de como fazê-lo.

Parte das cooperativas brasileiras tem limitada abrangência geográfica, e, portanto, aquisições e *joint ventures* são estratégias interessantes para ampliação da área de atuação e beneficiamento de mais produtores. Também pode ser um meio menos arriscado de se diversificar o portfólio de produtos e serviços com menor esforço organizacional.

GANHOS DE ESCOPO E ESCALA

Uma das estratégias utilizadas pela CHS acaba sendo consequência de seu porte e de atuar com o conceito de soluções completas. Estes dois pontos ampliam sua cobertura geográfica e suas receitas.

Por trabalhar com grandes volumes e diversidade de negócios, a CHS recebe vários benefícios: ganhos de sinergia entre segmentos relacionados – suas operações de produção de combustíveis, por exemplo, contribuem com os serviços de fornecimento de insumos para cooperados –; maior poder de barganha em suas negociações; ganhos de escala, ou seja, devido à grande quantidade produzida, os custos de produção são menores do que para quem opera com pequenos volumes.

É evidente que, por se tratar de uma cooperativa inserida em um mercado totalmente distinto do brasileiro, ponderações e adaptações devem ser feitas para a utilização de suas estratégias e a replicação desse modelo nas cooperativas brasileiras. Porém, entender o funcionamento das estratégias da CHS é importante para que as organizações do País tenham uma visão ampla do seu negócio e aprendam lições com quem tem obtido resultados expressivos no mesmo setor de atuação. ■

1 Graduado em Administração de Empresas na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP) – ricardo.parolin@gmail.com

2 Consultor e pesquisador da Markestrat – fvalerio@markestrat.org

3 Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP) – mfaneves@usp.br

CRISE HÍDRICA

COMO RECUPERAR A COBERTURA VEGETAL

EDUARDO DELGADO ASSAD[1] MARIANA PEIXOTO[2]
LAIS CRISTINA CAMPAGNOLI[3] RENATA RIBEIRO DO VALE GONÇALVES[4]

A REGIÃO Metropolitana de São Paulo tem passado por uma séria crise hídrica. A ameaça de racionamento despertou o interesse da sociedade em compreender como se chegou a essa situação e, principalmente, quais são as possíveis soluções para superar esse problema. Entre os diversos fatores que levaram à crise hídrica, este artigo analisa a perda da cobertura vegetal do entorno da região da Cantareira e sugere uma estratégia de médio prazo para a revegetação destas áreas e para a reativação das nascentes ali localizadas.

COMO CALCULAR A COBERTURA VEGETAL PERDIDA?

Para avaliar a perda da cobertura vegetal das áreas no entorno da Cantareira, foram utilizadas imagens RapidEyes de alta resolução espacial (5 metros do solo), que são as mesmas utilizadas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) para estimar a rede de drenagem, o passivo ambiental e a ocupação do solo nos doze municípios que se encontram em volta da região da Cantareira e para avaliar preliminarmente a necessidade de revegetação destas áreas, considerando o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica adaptadas à recuperação das matas de galeria.

A seleção das imagens utilizadas foi feita a partir da localização dos municípios limítrofes ao Sistema Cantareira, sendo eles total ou parcialmente inseridos dentro destes limites. Totalizando doze municípios, fazem parte, no estado de Minas Gerais, os municípios de Itapeva, Camanducaia, Sapucaí-Mirim e Extrema e, no estado de São Paulo, os municípios de Bragança Paulista, Vargem, Joanópolis, Piracaia, Nazaré Paulista, Mairiporã, Franco da Rocha e Caieiras. A data da aquisição das imagens foi no ano de 2011.

A vetorização foi realizada manualmente pela observação dos divisores de água e talvegues existentes nas curvas de nível e foi criada a partir de imagens SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) disponíveis no INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). A escala de trabalho utilizada foi a de 1:10.000, com a caracterização de nascentes, barragens, rios menores do que 10 metros e rios maiores do que 10 metros. Por fim, foram levadas em consideração apenas as barragens localizadas nos cursos dos rios, ou seja, não foram vetorizados reservatórios, pesqueiros e corpos d' água.

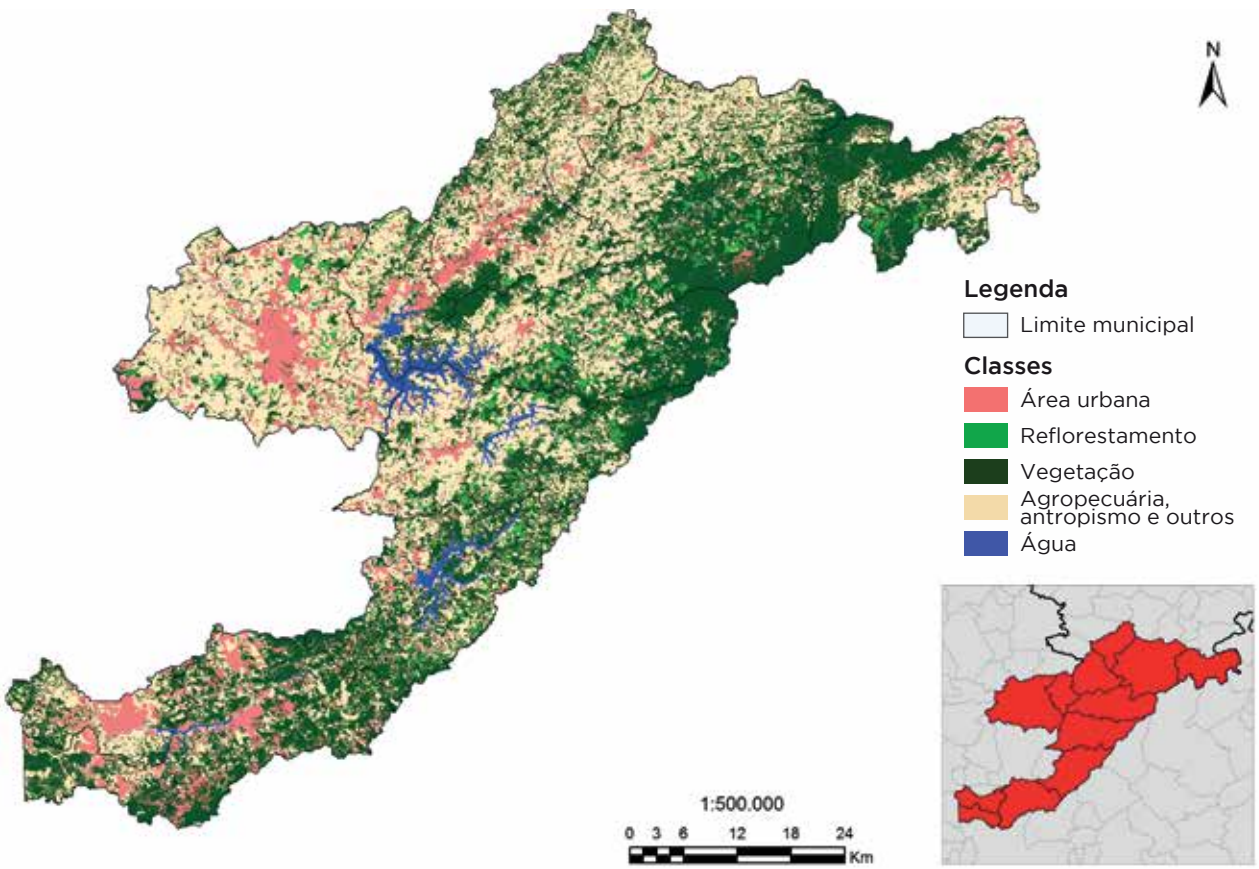
A delimitação das áreas limítrofes a ser aplicada na rede de drenagem respeitou o Código Florestal de 2012, que regulamenta as APPs (Áreas de Preservação Permanente) nas margens dos rios como áreas não consolidadas – é importante deixar claro que somente com a aplicação do CAR e da legislação que envolve as áreas consolidadas é que se poderá ter uma visão mais detalhada da aplicação da lei.

As imagens foram classificadas em 5 classes: vegetação nativa, reflorestamento, área urbana, água e outros (agropecuária, antropismo e outros). Para reduzir os erros no processo de classificação, como a confusão entre as classes, optou-se por identificar manualmente os alvos referentes ao reflorestamento e à área urbana e, assim, garantir melhores resultados na relação entre as áreas classificadas e atuais.

DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS LIMÍTROFES

		APP em cada margem
NASCENTE		50 m
Barragem	< 1 ha	30 m
	> 1 ha	50 m
Largura do rio menor do que 10 m		30 m
Largura do rio entre 10 m e 50 m		50 m
Largura do rio entre 50 m e 200 m		100 m
Largura do rio entre 200 m e 600 m		200 m
Largura do rio maior do que 600 m		500 m

CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA CANTAREIRA



QUAL É O DIMENSÃO DA ÁREA DE COBERTURA VEGETAL PERDIDA?

A partir da análise das imagens geradas, calculou-se que a rede de drenagem nos municípios que alimentam a Cantareira com águas superficiais atinge 8.171 km, sendo identificada a necessidade de revegetação urgente de APPs em 34.542 ha. Neste estudo, considerando a gravidade da questão referente ao abastecimento de água para a Região Metropolitana de São Paulo, atingindo em torno de 22 milhões de pessoas, foram aplicadas as determinações do Código Florestal vigente, porém sem considerar o que foi identificado como áreas consolidadas. Isso porque a rede de drenagem é contínua no espaço, não podendo ser fragmentada. Acontecendo a fragmentação, começam a surgir os problemas que contribuíram para a crítica situação de abastecimento de água:

- pouca ou nenhuma infiltração de água da chuva;
- reduzida alimentação do lençol freático;
- alta evaporação e erosão acentuada, prejudicando o acúmulo de água; e
- perda da função hídrica das nascentes, que secam e deixam de abastecer o sistema.

SOLUÇÃO PARA A PERDA DE COBERTURA VEGETAL

Uma das soluções urgentes que deve ser aplicada para minimizar os efeitos da reduzida oferta de água é a revegetação de APPs. O estado de São Paulo está perfeitamente habilitado para iniciar este processo, e seriam necessários para iniciar o reflorestamento aproximadamente 30 milhões de mudas de espécies nativas. Ao mesmo tempo, surge uma excelente oportunidade de se criar o pagamento por serviços ambientais (a partir do reflorestamento de espécies nativas), a exemplo do que já é feito no estado do Espírito Santo, o que minimizaria efetivamente o risco de desabastecimento de água na Grande São Paulo, com soluções definitivas. O conhecimento científico existente hoje, tanto no estado de São Paulo, como no Brasil, tem condições de indicar quantas e quais são as espécies nativas que devem ser plantadas. Trata-se de um trabalho de médio para longo prazo, mas é uma ação estruturante, evitando maiores perdas de água e garantindo a reativação das nascentes, que são milhares, nos municípios localizados em torno da Cantareira. ■

COMPRIMENTO DA REDE DE DRENAGEM E ÁREA A SER REVEGETADA POR MUNICÍPIO DO SISTEMA CANTAREIRA

MUNICÍPIO	UF	Área (ha)	Vegetação natural (ha)	Vegetação natural (%)	Comprimento da rede de drenagem (km)	Área a ser revegetada (ha)
Bragança Paulista	**SP**	51.253,44	5.640,12	11,00	828,52	**5.429,30**
Caieiras	**SP**	9.620,59	4.797,09	49,86	213,27	**652,14**
Camanducaia	**MG**	52.821,32	26.410,74	50,00	1.389,92	**2.985,75**
Extrema	**MG**	24.448,53	7.417,43	30,34	569,75	**2.264,67**
Franco da Rocha	**SP**	13.415,17	4.108,59	30,63	349,91	**1.391,37**
Itapeva	**MG**	17.727,30	5.295,83	29,87	500,58	**1.518,61**
Joanópolis	**SP**	37.412,07	17.743,50	47,43	861,00	**3.530,50**
Mairiporã	**SP**	32.063,92	17.046,96	53,17	848,81	**2.662,75**
Nazaré Paulista	**SP**	32.618,48	15.475,46	47,44	751,07	**4.006,75**
Piracaia	**SP**	38.539,42	12.832,66	33,30	902,14	**6.322,72**
Sapucaí-Mirim	**MG**	28.490,09	17.201,58	60,38	684,89	**1.464,46**
Vargem	**SP**	14.257,02	3.231,56	22,67	271,41	**2.313,78**
Total		**352.667,35**	**137.201,52**	**-**	**8.171,24**	**34.542,80**

1 Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e professor do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)
2 Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
3 Bolsista da Embrapa
4 Bolsista da Embrapa

WORKSHOP ABAG

A CRISE HÍDRICA

DIANTE DA longa estiagem que afligiu a região Sudeste do País ao longo de 2014 e no início deste ano, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) realizou um *workshop* específico para avaliar as suas causas e efeitos no curto, no médio e no longo prazos. A ***Agroanalysis*** registrou o resumo dos quatro painéis do evento. A grande conclusão versa sobre o equívoco existente com relação ao mito da abundância de água no País, considerando que esta terá uma concorrência cada vez maior no futuro, principalmente face ao seu multiuso. Governo e sociedade precisam estar preparados para enfrentarem esse desafio.



Painel 1: Lições da Crise Hídrica – Desafios

SAMUEL BARRETO
GERENTE NACIONAL DE ÁGUA DA THE NATURE CONSERVANCY (TNC-BRASIL)

COM CERTEZA, essa crise deixa algumas lições importantes para serem analisadas. Como não é um bem que dá em cano, a água deve ter uma gestão baseada em fontes esgotáveis. Cumprir a lei somente é insuficiente. Cabe, nesse caso, uma visão ampla e detalhada de toda a bacia hidrográfica, pois os fatores influentes são muitos e variáveis. A TNC está envolvida com o Movimento Água para São Paulo (MAPSP) com o objetivo de conservar e restaurar as áreas críticas para a produção de água dos sistemas Cantareira e Alto Tietê.

A sociedade deve se sensibilizar quanto ao fato de que apenas cumprir a lei não basta, enquanto as empresas devem identificar os riscos da água com o seu negócio. No controle da oferta hídrica, cabem às políticas públicas determinar uma margem de segurança frente aos limites da demanda. Para as áreas em processo de degradação, medidas são necessárias para reverterem essa situação. Planos de contingência dos governos federal e estaduais com metas e estímulo ao diálogo entre os setores da sociedade quebram resistência e aumentam o clima de solidariedade.

ÁREA TOTAL E PRIORITÁRIA DE ATENDIMENTO

Manancial	Área (ha)		Participação (b/a)
	Total (a)	Prioritária (b)	
Cantareira	228	10	4,4%
Alto Tietê	265	5	2,0%
Total	**493**	**15**	**3,0%**

Fonte: TNC

Painel 2: Uma Visão Industrial sobre Gestão da Água

PERCY SOARES NETO
COORDENADOR DA REDE DE RECURSOS HÍDRICOS DA INDÚSTRIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

A GOVERNANÇA da água do ponto de vista da sustentabilidade passa pelos três vértices básicos: o social, na aplicação das políticas de saneamento e saúde para a população com preço justo e acessível; o ambiental, na execução de uma política; e o econômico, tendo em vista o múltiplo uso desse recurso nos segmentos de turismo, transporte, energia, agricultura e indústria, dentre outros.

No Fórum Econômico Mundial (WEF) de 2011, a segurança hídrica foi identificada como um dos grandes desafios mundiais, com riscos aos negócios estimados em U$ 400 bilhões. Enquanto isso, o grande dilema do Estado consiste em repartir o poder com a sociedade ou manter em seu âmbito a decisão das orientações estratégicas. Nas instâncias de discussão política, o caminho envolve equilíbrio entre os conhecimentos técnico, administrativo e jurídico.

Painel 3: Água e produção de alimentos – desafios presentes para garantias futuras

JULIO CESAR PALHARES
PESQUISADOR DA EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE

NA PRODUÇÃO de alimentos, existe todo um conceito de cadeia do agronegócio. No entanto, diante do conteúdo da água em produtos como leite (85% a 90%), mel (13% a 23%), carne (70% a 75%) e ovo (75%), o termo "agro-hidronegócio" parece perfeitamente adequado. Segundo o Órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 70% da água utilizada do Planeta são utilizados pela agropecuária. Para qualquer conclusão sobre esse dado, é importante analisar as premissas levadas em conta no seu cálculo.

O Brasil pode alimentar a Ásia, mesmo que seja na forma de *commodities*, mas isso tem limites, pois os recursos empregados são finitos. A questão está em encontrar respostas para os limites ambientais e hídricos existentes no País. A consequência em ignorá-los é a perda da capacidade produtiva. Os preços pagos aos produtos não embutem os custos ambientais e hídricos. A tarefa a ser feita consiste em calcular esses valores, mas uma outra dificuldade será internalizá-los nos custos comerciais.

As pessoas utilizam muita água para beber, cozinhar e lavar, mas ainda mais para a produção de alimentos, papel, roupas de algodão etc. A chamada pegada hídrica de um indivíduo, comunidade ou empresa é definida como o total de água doce utilizado para produzir os bens e serviços consumidos pelo indivíduo e pela comunidade ou produzidos pela empresa. Os pesquisadores Hoekstra e Mekonnen, da Universidade de Twente, na Holanda, desenvolveram um modelo para estimar a pegada hídrica de uma nação ou um setor econômico. Isso ajudará os governos a estabelecerem políticas para a produção e o consumo de *commodities*, destinadas a gerir as fontes finitas de água doce do Planeta de forma mais eficaz.

MUNDO: DISPONIBILIDADE DE ÁGUA POR REGIÃO

2013

REGIÃO	Metros cúbicos por pessoa
Mundo árabe	500
África Subsaariana	1.000
Caribe	2.466
Ásia (Pacífico)	2.910
Europa	4.741
América Latina	7.200
América do Norte	13.401

Fonte: AQUASTAT/FAO; UNESCO

Painel 4: Cadastro de irrigantes

ALÉCIO MARÓSTICA
PRESIDENTE DO SINDICATO RURAL DE CRISTALINA

EXISTEM ALGUNS fatores que precisam ser levados em conta quando o assunto é o uso da água no Brasil. Nesse caso, o primeiro aspecto diz respeito ao comportamento pluviométrico das diferentes regiões do País. Em grande parte dele, constatam-se seis meses de estações chuvosas, seguidas de seis meses de estações secas. Como essas áreas são de clima tropical e, portanto, bem mais instáveis, as variações são normais de um exercício para o outro.

Então, a grande solução nacional é montar estruturas e organizar a engenharia para fazer a reserva de água. Isso significa fazer a sua armazenagem durante a chuva e usá-la para abastecer a população nas secas. No município de Cristalina, no estado de Goiás, a precipitação média anual é de 1.588 milímetros. Deste total, precisa-se descontar as perdas por evapotranspiração (588 milímetros) e evaporação instantânea e deriva (95 milímetros). Como há, ainda, a infiltração (394 milímetros) e a percolação (69 milímetros), sobra o escoamento (479 milímetros) para ser armazenado. ■

DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA IRRIGADA POR PAÍS/ESTADO

PAÍS/ESTADO	Área irrigada (milhões de hectares)	Área irrigada em relação a área cultivada	Precipitação anual média (milímetros)
Índia	59,00	30,00%	697
China	54,00	32,00%	176
EUA	22,00	10,00%	870
Espanha	3,70	16,00%	525
Brasil	6,00	9,00%	1.000
Israel	0,23	52,00%	480
Goiás	0,25	0,07%	1.588

Fonte: Mantovani *et al.* (2007)



SHUTTERSTOCK

CIÊNCIA À MESA

SOBRE A COMIDA E A IDEOLOGIA

EDUARDO DAHER

Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

A CADA dia, em todo o mundo, cerca de 12 mil crianças com menos de cinco anos de idade morrem de fome ou por problemas a ela associados. Diante desse alerta dramático da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), é importante uma reflexão, de forma responsável e sensata, entre aqueles realmente preocupados com a saúde das pessoas.

De acordo com a FAO, quase 1 bilhão de pessoas no Planeta enfrenta esse flagelo, e o Brasil não está de fora: somos cerca de 7 milhões de subnutridos. Mas, o que mais impressiona é que, apesar dos números, essa tragédia não sensibiliza com a devida agudeza uma parte da sociedade brasileira.

É importante lembrar que o Brasil começou a reverter o quadro da fome graças ao avanço da competitividade de sua agropecuária. Porém, mesmo que hoje seja reconhecida mundialmente como referência em produtividade e sustentabilidade, nota-se que se elevam as vozes contrárias, entre alguns próprios brasileiros, a essa agricultura geradora do desenvolvimento.

Interpretações equivocadas e, muitas vezes, maldosas animam os caprichos de um certo ambientalismo urbano. Nele, há pessoas bem-intencionadas, mas também os militantes ideologizados; alguns, inclusive, abrigados em órgãos oficiais do Governo. O fato é que estes não semeiam, não plantam, não produzem comida. No oportunismo das notícias equivocadas, aparece uma espécie de militância "*black-bloc*" apregoando uma produção sem o uso de tecnologias.

A afirmação ingênua que propõe uma imediata "substituição ao modelo dominante" (*sic*) deixa a seguinte reflexão: a quem interessa o fracasso do moderno modelo brasileiro de produzir alimentos, copiado e estudado largamente em todos os quatro cantos do mundo?

Não há problema em defender ou optar por modelos agrícolas diferentes. Ao contrário, há espaço para todos, e a diversidade nas formas de manejo das culturas é muito importante. O grande problema é a ideologia que prega um cenário trágico, que coloca em xeque um modelo produtivo baseado na Ciência e na sustentabilidade, que faz do Brasil o campeão mundial de preservação e, ao mesmo tempo, de produtividade. Não há outro País no planeta Terra que faça algo parecido. Mas, esse sentimento de orgulho nacional incomoda. Incomoda a quem?

A gritaria injustificada contra a agricultura moderna está longe de ser útil – muito pelo contrário, prejudica justamente as populações mais pobres e os pequenos produtores, cerca de 70% dos 5 milhões de agricultores do País. Levada ao extremo, a volta da lavoura arcaica – que alguns defensores tanto admiram no conforto dos seus escritórios bem refrigerados – aniquilaria a competitividade dos campos.

Mais do que enaltecer e estimular um 'desespero infundado', é crucial que os sensatos concentrem sua energia e seu tempo para ampliar os arranjos estratégicos que envolvam agricultores, entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governos e empresas. Juntos, continuaremos a levar o Brasil rumo ao progresso. ■

DIÁRIO DE BORDO

BONS ALIMENTOS PROCESSADOS

ROBERTO RODRIGUES
Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)
e embaixador especial da FAO para as Cooperativas

OS NÚMEROS da indústria brasileira de alimentação são animadores: no ano passado, o faturamento do setor chegou a R$ 529,6 bilhões, dos quais 81% referem-se a alimentos mesmo e 19% a bebidas.

As exportações somaram US$ 35,4 bilhões. Segundo o IBGE, são cerca de 33.500 empresas empregando 1,6 milhão de pessoas, e o Brasil é o maior exportador mundial de alimentos processados, em volume.

De acordo com o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), do governo paulista, esta indústria "sempre utilizou-se de ingredientes, processos e embalagens que atendem as expectativas das agências reguladoras", mas há um estranho movimento contrário a ela. Diz o ITAL que "os alimentos processados têm sido demonizados por profissionais com influência na sociedade, por organizações não governamentais, reportagens na mídia e, de forma agravante, pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, recentemente publicado pelo Ministério da Saúde".



Diante desse cenário adverso, o ITAL está lançando o projeto Brasil Processed Food 2020, objetivando esclarecer à sociedade sobre a qualidade dos nossos alimentos processados, mostrando, com dados técnicos e científicos, que as críticas referidas não fazem sentido.

Este projeto terá uma ampla campanha de comunicação mostrando a importância, a saudabilidade, a qualidade, a segurança e a sustentabilidade dos alimentos.

O segmento de embalagens, que ocupa um espaço fundamental na indústria, vem estudando as tendências de consumo em todo o mundo, tendo identificado seis principais:

• **Gasto consciente:** hoje, os consumidores pesquisam preços dos produtos, fazem listas de compras e gostariam que seu cotidiano fosse facilitado, solicitando embalagens menores, com menos volume de produtos, o que reduz os custos e evita o desperdício. Querem, também, maior prazo de validade, mas o essencial é comprar mais por menos;

• **Alimento e saúde:** 46% dos brasileiros buscam perder peso e procuram alimentos saudáveis, mas querem receber mensagens positivas, e não apenas restrições do que não devem comer; preferem fibras, proteínas, ômega-3 e alimentos com menor teor de gordura;

• **Escolha segura:** desejam marcas que garantam a qualidade (cerca de 72% dos brasileiros preocupam-se com isso) e embalagens que protejam o produto e cada vez mais querem rastreabilidade e certificação;

• **Pensando verde:** embora ainda haja um comportamento passivo em relação às questões ambientais, nossos consumidores estão cada vez mais atentos a elas. 74% já controlam o uso da água e da energia e 38% reciclam embalagens. Ligada quanto a isso, a Coca-Cola lançou, no ano passado, uma embalagem cartonada feita de plástico produzido com cana-de-açúcar;

• **Novas experiências:** com mais informações sobre culinária e cultura de outros países, buscam novos sabores, aromas e texturas. As embalagens já consideram até a emoção na hora da compra, o que interfere nas suas cores e formatos;

• **Estilo de vida:** os consumidores querem produtos práticos, fáceis de preparar, que simplifiquem a vida.

Nossa indústria, atenta a tais tendências, está inovando cada vez mais, apoiada em mecanismos de comunicação orientados por uma informação técnica e científica que mostre as reais qualidades dos alimentos processados. ■

PRODUZIR

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AGRONEGÓCIO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

É NOTÓRIO que a complexidade e a morosidade do Poder Judiciário prejudicam a resolução de conflitos no Brasil, alimentando uma sensação de descrença em relação à eficiência da justiça comum, o que, no âmbito penal, se tornou fato consolidado.

Na esfera dos negócios, a judicialização galopante das relações vem, há muito tempo, se configurando em mais uma dura trava regulatória para a competitividade de diversos setores produtivos, entre os quais o agronegócio.

O conflito de interesses é inerente às relações contratuais, e, no agro, por sua natureza extremamente heterogênea, recheada de especificidades e com muitos fornecedores (produtores rurais) transacionando com um número bem menor de compradores (agroindústrias, *tradings* etc.), há maior propensão ao quadro litigioso.

Mas, no caso de conflito, invariavelmente a solução vai depender – e, em muitos casos, perder-se nos labirintos – do Poder Judiciário, provocando um efeito nefasto não apenas entre as partes envolvidas, mas em todas as ramificações do setor.

Desta forma, urgia a necessidade de alternativas à justiça comum que oferecessem mais rapidez, eficiência e economia para a resolução de controvérsias, especialmente em um momento de inflexão para o agronegócio brasileiro, que precisa ser cada vez mais competitivo, internacional e de alto valor agregado.

Foi justamente com esse objetivo que a Sociedade Rural Brasileira (SRB) lançou, no mês de abril, a sua Câmara de Mediação e Arbitragem (CARB). Tais câmaras funcionam como uma espécie de justiça privada, e suas sentenças têm o mesmo valor de uma decisão do Poder Judiciário.

Na mediação, o mediador, atuando como um facilitador, auxilia as partes – que mantêm o poder de decisão – a chegarem a um acordo, em um processo confidencial, caracterizado pelo "ganha-ganha", ao contrário do que se passa na justiça comum, em que o litígio acaba, mas o conflito pode continuar a existir.

Já, na arbitragem, os árbitros decidem a controvérsia. Vale ressaltar que o corpo de árbitros de uma câmara é composto por especialistas no assunto demandado, o que dá mais assertividade ao processo decisório, diferentemente do que ocorre na justiça comum, em que o litígio pode ser julgado por quem desconhece as particularidades do segmento em que as partes atuam. A CARB reúne árbitros conhecedores do agronegócio e das questões do produtor rural. Contratos agrários de parceria e arrendamento, financiamento rural, compra e venda de insumos, divisões de terras e dissolução de condomínios, disputas societárias etc. são alguns exemplos de conflitos que poderão ser solucionados pela CARB.

No novo Código de Processo Civil, a mediação e a arbitragem deverão ser estimuladas como opção de resolução extrajudicial de conflitos, evitando que o Poder Judiciário continue a ser o destino de inúmeras questões que podem ser solucionadas fora da justiça comum. O próprio conceito de agronegócio (diversos elos de uma cadeia produtiva trabalhando numa mesma engrenagem, com foco no sucesso do segmento) pressupõe encaixe de interesses mútuos para que a competitividade e a sustentabilidade da atividade sejam perpetuadas. Com a CARB, a SRB dá uma valiosa contribuição ao agronegócio do País. ■



OPINIÃO

O DESAFIO DA PRESERVAÇÃO DOS SOLOS

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

É ESSENCIAL manter um equilíbrio cuidadoso entre a necessidade de preservar os nossos recursos naturais e expandir a nossa produção de alimentos. E, neste momento, às portas do início de uma nova safra, quando os brasileiros sentem os impactos da falta de água, reforço a necessidade de se atentar para o solo, pois seu manejo adequado contribui para a preservação da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos.

A degradação dos solos tem um impacto negativo na produção de alimentos e na prestação de serviços ambientais. Entre suas principais causas, incluem-se a erosão hídrica, a aplicação intensa de agrotóxicos e o desmatamento. A saúde dos solos depara-se com um grande desafio: 33% das terras do Planeta estão degradados, o que se expressa na redução da cobertura vegetal, no assoreamento dos cursos d'água, na diminuição da fertilidade, na contaminação do solo e da água e no empobrecimento das colheitas.



Está aí a razão pela qual, em 2013, a ONU aprovou, a partir de resoluções propostas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o dia 5 de dezembro como o Dia Mundial dos Solos e instituiu 2015 como o Ano Internacional dos Solos. São oportunidades para maior conscientização sobre a relevância do solo como base do desenvolvimento socioeconômico das nações.

Em São Paulo, se desenvolve a agropecuária mais diversificada do País. Por isso, os desafios da gestão pública relativos à produção e à pesquisa setorial renovam-se diariamente. Por exemplo, acabo de assinar nova resolução sobre os procedimentos para fiscalização da lei estadual do uso do solo que aprimora o roteiro de elaboração dos projetos de conservação do solo.

A proposta permitirá ao agricultor saber quais práticas são recomendadas, seus cronogramas de execução e os custos previstos. A resolução contempla, também, a atualização do Manual de Conservação de Solos, editado em 1993, e define claramente as atribuições da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (CDA).

Note-se que o Instituto Agronômico (IAC), também pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), adotou o tema do Ano Internacional dos Solos (2015) como o mote de sua campanha de aniversário de 128 anos, que serão completados em junho próximo. Pioneiro no Brasil em análises de solo, além de capacitar outras instituições privadas, o IAC mantém um centro de pesquisas de solos e recursos ambientais e continua realizando análises para agricultores e transferindo tecnologia para laboratórios do País e do exterior. Durante todo este ano, o IAC promove eventos de divulgação do tema por meio de cursos e seminários para diversos públicos.

A SAA junta-se à FAO para ampliar o conhecimento sobre a importância desse recurso natural. A discussão e as definições quanto à conservação e à preservação dos solos são fundamentais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que espero que sejam estabelecidos a partir deste ano. A erradicação da pobreza, a mudança de padrões de produção e consumo e a proteção e o uso dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social são preocupações que estão na base do crescimento sustentável e são cruciais para uma abordagem integral das questões dos solos. ■

REFLEXÃO

O ACORDAR DE 2015

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

A História é um pesadelo do qual tentamos acordar.

James Joyce

APÓS AS férias de janeiro e o carnaval de fevereiro, o povo saiu em massa às ruas de várias cidades do País para reclamar, cobrar postura, ética e organização. Os indicadores econômicos brasileiros apresentados ao mundo pela revista inglesa The Economist apontam forte contração e recessão prolongada; alta da inflação pressionando salários que cresceram muito acima dos ganhos de produtividade; endividamento das famílias com efetiva perda do poder de compra; desvalorização do real frente ao dólar; e, dentre outros parâmetros, grande crescimento do déficit fiscal. Como consequência, veio, rapidamente, a queda de confiança do consumidor e dos agentes econômicos.

O gigante adormecido acordou?

A pressão que todo brasileiro sente nestes dias angustiantes faz lembrar uma frase formidável do intelectual Mark Twain: "a gente não se liberta de um hábito atirando-o pela janela: é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau.". Esta citação ocorre no contexto de acordar, tentar imaginar um recomeço sem amarras. Vale, também, citar a letra da música de Ivan Lins: "começar de novo [...] vai valer a pena ter adormecido.".

Este texto é um chamamento ao otimismo, tão escasso no Brasil. É fundamental que nos libertemos dos salvadores da pátria, da vitória sem trabalho duro, do desapego e da falta de consciência.

O velho hábito de muitos acadêmicos ou do meio artístico em virar as costas ao agronegócio, rotulando-o sem conhecê-lo, e a indisfarçável irritação do setor produtivo em não ser compreendido são os sofismas que buscam dividir o País. É hora de acordar e mudar.

As mensagens que puderam ser vistas no grande movimento de março de 2015 foram, claramente, de uma enorme insatisfação. Não se pode esconder dela qualquer governante que se preze. É impossível o progresso sem mudanças!

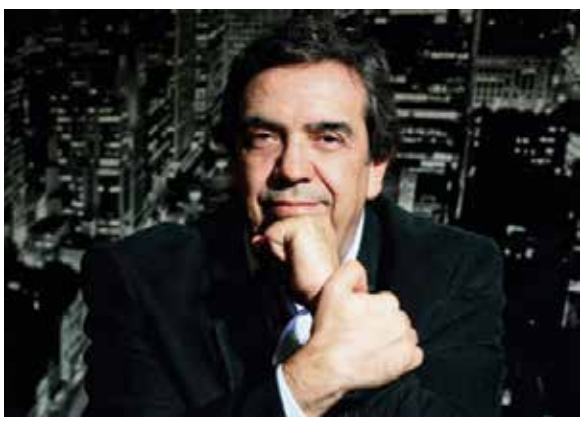
Em 2015, os esforços terão de ser maiores, bem maiores, porque o Brasil dormiu por muitos anos. Agora, acordados e com a sirene da urgência ligada, não interessa ver sangue, mas, sim, entender a necessidade de mudanças profundas e urgentes. Não há donos específicos do País, mas a maioria. Essa é a essência da democracia. A maioria que, no entanto, possa ser "encaminhada" via medidas sempre de efeito populista corrompe o conceito democrático. No mundo público, e mesmo no privado, a alternância do poder e das pessoas é fundamental.

Os valores populares são, sempre, interessantes. Quando se tem uma frase forte, deve-se ter respeito por ela: "se não brilha mais, não insista. Lâmpada queimada não se arruma, se troca por outra". O Brasil precisa continuar a brilhar e voltar a ser motivo de orgulho para os brasileiros e de respeito para o mundo.

Será fundamental o ajuste fiscal, com cortes fortes no orçamento público, principalmente nas despesas – são 39 Ministérios!

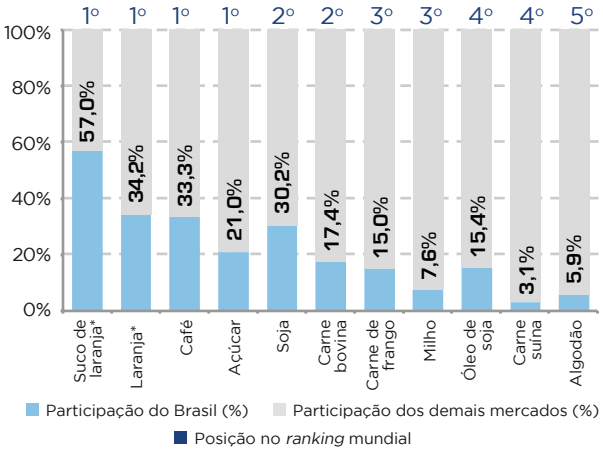
Será fundamental o olhar público orgulhoso pelo agronegócio, cada vez mais responsável pela balança comercial brasileira – mas responsável mesmo, com o conceito de produtividade!

Será fundamental acordar o cidadão urbano, mostrando-lhe o quanto o agronegócio faz e como respeita seu País. ■



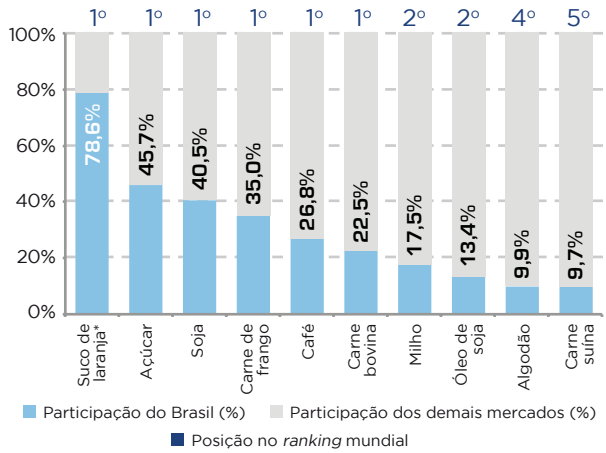
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



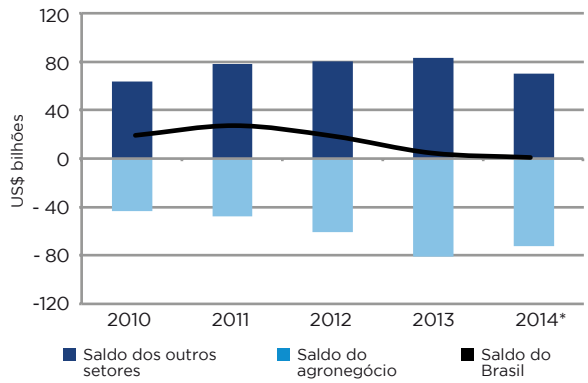
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



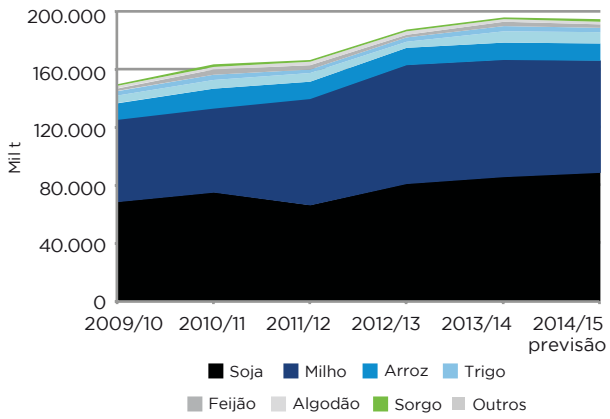
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



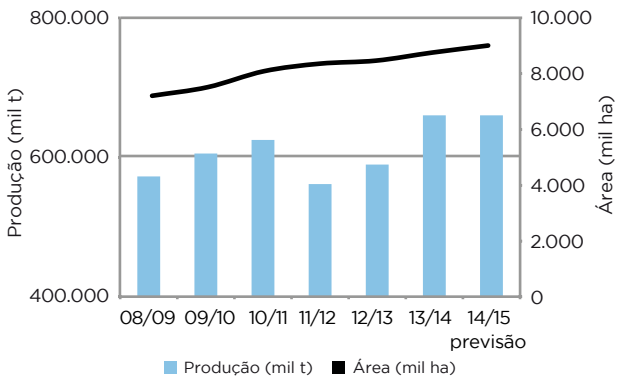
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



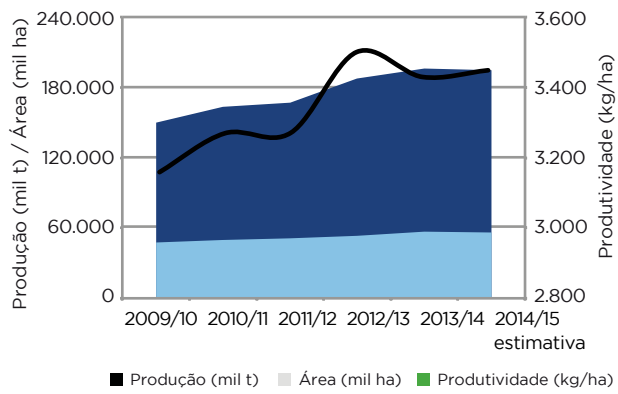
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab